



Índice Geral

I – Introdução	3
II - Perímetro de consolidação e Organigrama do Grupo	4
III - Método de Consolidação.....	5
IV - Análise orçamental, económica e financeira consolidada.....	6
1 - Análise orçamental consolidada	6
2- Posição Financeira: Balanço consolidado	8
3 - Desempenho: Demonstração dos resultados por naturezas consolidada	11
V – Principais indicadores económicos e financeiros consolidados.....	13
VI – Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	14
1 - Balanço Consolidado	14
2 – Demonstração dos Resultados Consolidada	15
3 – Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	16
4 – Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido	17
VII – Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	20
Nota 1. Identificação da Entidade, período de relato e referencial contabilístico.....	20
1.1. Identificação da entidade, período de relato	20
1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras consolidadas	21
Nota 2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	22
2.1. Bases de mensuração	22
2.1.1. Pressuposto da continuidade	23
2.1.2. Pressuposto do acréscimo (ou da periodização económica)	23
2.1.3. Consistência da apresentação	23
2.1.4. Materialidade e agregação	23
2.1.5. Compensação	24
2.1.6. Informação comparativa	24
2.1.7. Classificação de Balanço Consolidado.....	24
2.1.8. Principais estimativas e julgamentos	24
2.1.9. Acontecimentos subsequentes.....	25
2.1.10. Alterações de políticas, estimativas e erros.....	25
Nota 3. Ativos intangíveis.....	25
3.1. Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas	25
3.2. Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período.....	26
3.2.A. Ativos intangíveis – adições.....	26
Nota 4. Acordos de concessão	26
Nota 5. Ativos fixos tangíveis.....	26
5.1. Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.....	27
5.2. Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período	27
5.2A. Ativos fixos tangíveis – adições	27
5.2B. Ativos fixos tangíveis – diminuições	28
Nota 7. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS.....	28
Nota 8 - Propriedades de investimento.....	28
8.1. Propriedades de investimento – Modelo do custo	28
8.2. Propriedades de investimento – Modelo do custo – quantia escriturada e variações do período	28
Nota 9. Imparidade de Ativos.....	29
Nota 10. Inventários.....	29
10.1. Inventários.....	29
10.2. Inventários: Movimentos do período	29
Nota 13. Rendimento de transações com contraprestação	29
Nota 14. Rendimento de transações sem contraprestação.....	31
Nota 15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	31
Nota 17. acontecimentos após a data de relato.....	32
Nota 18. Instrumentos Financeiros	32
18.1. O detalhe das participações financeiras encontra-se no quadro seguinte:	32
Nota 19- Benefícios dos empregados.....	33
Nota 20- Divulgações de partes relacionadas.....	34
NOTA 22. Interesses em Outras Entidades.....	37
22.1. Os julgamentos e pressupostos mais significativos	37
22.3 Fatores para determinação dos interesses ou acordos e outras entidades.....	38
22.4 Qualificação como entidade de investimento	38
22.7 Data de relato da entidade controlada diferente da data das demonstrações consolidadas	38
22.8 Interesse detido por entidades que controlam nas atividades e nos fluxos de caixa de um grupo	39
22.11. Perda de controlo sobre uma entidade controlada durante o período de relato	40
22.19. Outras divulgações relativas a associadas	40
22.21. Interesses de propriedade não-quantificáveis.....	41
Outras Divulgações.....	41
Nota 23 – Outras divulgações.....	42
Nota 23.1 – Contas a receber e a pagar.....	42
VIII – Nota Final	44
IX – Certificação Legal das Contas	46



Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Ativos Fixos Tangíveis	9
Gráfico 2 – Estrutura do Balanço	10
Gráfico 3 – Estrutura de rendimentos - Ano 2023	12
Gráfico 4 – Estrutura de gastos – Ano 2023	12

Índice de Quadros

Quadro 1 – Síntese do ativo consolidado	8
Quadro 2 – Síntese do Património Líquido e do Passivo consolidados	9
Quadro 3 – Resultados Consolidados	11
Quadro 4 - Estrutura de Gastos	12
Quadro 5 – Indicadores	13

Índice de Figuras

Figura 1 - Grupo Público Municipal	5
Figura 2 – Métodos e Perímetros de Consolidação	6

Índice de Demonstrações Financeiras

Demonstração Financeira 1 – Balanço Consolidado	14
Demonstração Financeira 2 – Demonstração dos Resultados Consolidada	15
Demonstração Financeira 3 – Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	16
Demonstração Financeira 4 – Demonstração consolidada das Alterações no Património Líquido - Ano 2022	18
Demonstração Financeira 5 – Demonstração consolidada das Alterações no Património Líquido - Ano 2023	19



I – Introdução

A nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) e o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) trazem um novo paradigma às finanças públicas, centrado, fundamentalmente, na sua contabilidade, relato, controlo e transparência das contas públicas.

Envolvendo os vários eixos dos subsistemas da contabilidade pública (orçamental, financeira e de gestão), este novo paradigma impõe o desenvolvimento de mecanismos que permitam, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível europeu e internacional.

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro do Município de Esposende para o ano de 2023 passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas determinada pelas suas necessidades, ainda para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões, pois este novo sistema orçamental e financeiro é mais eficiente e mais convergente com os sistemas contabilísticos a nível internacional.

Nos termos do nº 1 do art.º 74.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, “o regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas, visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais”. O mesmo artigo, através do seu nº 2, acrescenta que “a contabilidade das entidades referidas no número anterior respeita o Plano de Contas em vigor para o sector local, podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo dos dinheiros e outros ativos públicos, nos termos previstos na lei”.

Acresce o n.º 1 do art.º 75.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

O presente relatório que anexa as contas consolidadas visa dar cumprimento a esta obrigação legal.

As demonstrações financeiras individuais das restantes entidades incluídas no perímetro de consolidação foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC), e conforme Portaria nº 220/2015 de 24 de julho.

O SNC-AP permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC, aplicado no contexto do setor empresarial local.



A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, pelas entidades que integram o Grupo Público Municipal é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas. No entanto, essa informação não é suficiente para traduzir de forma verdadeira e apropriada a situação económica e financeira do Grupo Público do Município de Esposende (GPME) como se de uma única entidade se tratasse. Daí, a necessidade de se proceder à consolidação de contas do Grupo Público do Município de Esposende, para que seja possível avaliar o desempenho económico e a situação financeira do mesmo.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município de Esposende foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Considerando que as restantes entidades preparam as demonstrações financeiras de acordo com o SNC, para efeitos das demonstrações financeiras consolidadas, procedeu-se à reclassificação das contas de SNC para o SNCAP.

Assim, o Município de Esposende elaborou a Consolidação de Contas relativa ao ano de 2023, do Grupo Público do Município de Esposende, e a submeterá para aprovação da Câmara e Assembleia Municipal.

A implementação do sistema de contabilidade de gestão iniciou-se em 2020 na entidade-mãe em consonância com os requisitos exigidos pela NCP 27 – Contabilidade de Gestão, pese embora este processo ainda não se encontrar completamente otimizado pelo que o sistema atual não permite obter informação completa da contabilidade de gestão. O presente relatório não contém informações da contabilidade de gestão de acordo com a referida NCP, uma vez que, apesar haver processos para a contabilidade de gestão para o Grupo Público Municipal de Esposende, naturalmente que não cumprem com a referida norma em toda a sua extensão, o que impede de consolidar a este nível.

II - Perímetro de consolidação e Organograma do Grupo

Conforme o artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro - que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais - sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

O Grupo Público Municipal engloba o Município de Esposende, entidade consolidante, a EAmb – Esposende Ambiente, EM – Sociedade Unipessoal, Lda a Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM – Sociedade Unipessoal, Lda (Método de consolidação integral) e a Zendensino – Cooperativa de Ensino, IPRL (Método de equivalência patrimonial) como entidades consolidadas



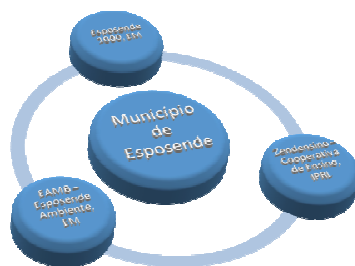


Figura 1 - Grupo Público Municipal

III - Método de Consolidação

Na consolidação de contas do Município de Esposende é utilizado o método de consolidação integral. Este método consiste na integração no balanço e na demonstração dos resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e das demonstrações dos resultados das entidades consolidadas. Relativamente aos mapas de execução orçamental, a integração não se aplica dada a inexistência dos mesmos nas entidades consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Para efeitos de aplicação do método de consolidação integral, adotar-se-á o previsto na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 22 “Demonstrações Financeiras Consolidadas” com as necessárias adaptações à realidade de cada subsector. Este método contempla a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das entidades consolidadas no balanço e demonstração dos resultados da entidade consolidante. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações e saldos Intra grupo, ou seja, operações e saldos entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, duplicação de valores.

De acordo com a NCP 22, as demonstrações financeiras consolidadas:

- Agregam itens idênticos de ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa da entidade que controla e das entidades controladas;
- Compensam (eliminam) a quantia escriturada do investimento da entidade que controla em cada uma das entidades controladas e a proporção do património líquido ou capital próprio (conforme apropriado) em cada uma das entidades controladas;
- Eliminam na totalidade os ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa relativos a transações entre entidades integradas no Grupo Público (rendimentos ou gastos resultantes de transações Intra grupo que estão reconhecidos em ativos, nomeadamente em inventários ou ativos fixos tangíveis são eliminados na totalidade). Perdas Intra grupo podem indicar uma perda por imparidade que requer reconhecimento nas demonstrações financeiras consolidadas.

De referir que, tendo em conta o perímetro de consolidação, não existem os direitos de terceiros, designados para este efeito de “Interesses que não controlam”, os quais não integram, por isso, o balanço consolidado.

Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.



IV - Análise orçamental, económica e financeira consolidada

A presente análise orçamental, económica e financeira consolidada teve em consideração as contas consolidadas apresentadas pelo Grupo Público do Município de Esposende no período de relato. Para tal, analisou-se a estrutura ao nível das óticas financeiras, económica e monetária, refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas. Para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foi definido o perímetro de consolidação, tendo-se aplicado o método da consolidação integral às entidades controladas (EAMB – Esposende Ambiente, EM e Esposende 2000, EM) e o método da equivalência patrimonial à entidade associada (Zendensino – Cooperativa de Ensino, IPRL). As restantes entidades nas quais o Município de Esposende detém uma participação, mas sem influência significativa não foram incluídas no perímetro de consolidação, estando as mesmas reconhecidas pelo custo de aquisição.



Figura 2 – Métodos e Perímetros de Consolidação

1 - Análise orçamental consolidada

A análise orçamental que se apresenta teve em consideração as contas consolidadas apresentadas pelo Grupo Público do Município de Esposende no período de relato. Em conformidade com o preceituado na NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, a consolidação orçamental diz apenas respeito ao Município de Esposende.



1.1 Demonstração consolidada do desempenho orçamental

DCDORC - Demonstração consolidada do desempenho orçamental									
Grupo Público do Município de Esposende									
Período	Periodicidade	Mensal							
01/01/2023	Período	Mensal Após Apuramento dos Resultados							
31/12/2023	Acumulados	Sim							
				FONTES DE FINANCIAMENTO (n)				Ano	Ano
								2023	2022
RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL 2023	Total 2022	
RA01	Saldo de gerência anterior	-111 177,93 €		8 968 486,57 €		2 792 305,85 €	11 649 614,49 €	9 616 611,31 €	
RI01	Operações orçamentais [1]	-111 177,93 €		8 968 486,57 €			8 857 308,64 €	7 334 756,20 €	
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais								
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades								
RI03	Operações de tesouraria [A]					2 792 305,85 €	2 792 305,85 €	2 281 855,11 €	
RA02	Receita corrente	34 952 857,16 €		226 570,76 €			35 179 427,92 €	34 182 178,44 €	
R1	Receita fiscal	10 329 085,86 €					10 329 085,86 €	11 700 925,62 €	
R1.1	Impostos diretos	9 750 231,11 €					9 750 231,11 €	9 882 697,74 €	
R1.2	Impostos indiretos	578 854,75 €					578 854,75 €	1 818 227,88 €	
R2	Contribuições para sistemas de pteção social e subsistemas de saúde								
R3	Taxas, multas e outras penalidades	661 690,26 €					661 690,26 €	618 056,74 €	
R4	Rendimentos de propriedade	1 028 279,10 €					1 028 279,10 €	782 031,58 €	
R5	Transferências e subsídios correntes	12 897 753,30 €		226 570,76 €			13 124 324,06 €	12 207 483,72 €	
R5.1	Transferências correntes	12 298 721,46 €		226 570,76 €			12 525 292,22 €	11 399 420,93 €	
R5.1.1.1	Administrações Públicas	12 278 456,15 €		226 570,76 €			12 505 026,91 €	11 318 823,27 €	
R5.1.1.2	Administração Central - Estado Português	12 278 456,15 €		226 570,76 €			12 505 026,91 €	11 318 823,27 €	
R5.1.1.3	Administração Central - Outras entidades								
R5.1.1.3	Segurança Social								
R5.1.1.4	Administração Regional								
R5.1.1.5	Administração Local								
R5.1.2	Exterior - U E								
R5.1.3	Outras	20 265,31 €					20 265,31 €	80 597,66 €	
R5.2	Subsídios correntes								
R6	Venda de bens e serviços	9 857 055,52 €					9 857 055,52 €	8 826 352,82 €	
R7	Outras receitas correntes	178 993,12 €					178 993,12 €	47 327,96 €	
RA03	Receita de capital	1 681 130,41 €		3 326 075,83 €			5 007 206,24 €	4 170 956,41 €	
R8	Venda de bens de investimento	21 601,08 €					21 601,08 €	1 632 101,84 €	
R9	Transferências e subsídios de capital	1 654 344,05 €		3 326 075,83 €			4 980 419,88 €	2 538 854,57 €	
R9.1	Transferências de capital	1 654 344,05 €		3 326 075,83 €			4 980 419,88 €	2 538 854,57 €	
R9.1.1	Administrações Públicas	1 654 344,05 €		3 326 075,83 €			4 980 419,88 €	2 538 854,57 €	
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1 610 354,05 €		3 326 075,83 €			4 936 429,88 €	2 538 854,57 €	
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades								
R9.1.1.3	Segurança Social								
R9.1.1.4	Administração Regional								
R9.1.1.5	Administração Local								
R9.1.2	Exterior - U E								
R9.1.3	Outras								
R9.2	Subsídios de capital								
R10	Outras receitas de capital								
RA04	Receita efetiva [2]	36 650 818,75 €		3 552 646,59 €			40 203 465,34 €	38 378 790,89 €	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	16 831,18 €					16 831,18 €	25 656,04 €	
RA05	Receita não efetiva [3]	277 608,63 €			544 069,10 €		821 677,73 €	296 170,29 €	
R12	Receita com ativos financeiros								
R13	Receita com passivos financeiros								
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	36 817 249,45 €		12 521 133,16 €			49 338 382,61 €	46 009 717,38 €	
ROT1	Operações de tesouraria [B]					468 075,37 €	468 075,37 €	784 176,69 €	
DA01	Despesa corrente	32 882 970,02 €					32 882 970,02 €	29 382 973,18 €	
D1	Despesas com o pessoal	13 032 768,17 €					13 032 768,17 €	10 861 804,78 €	
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	10 862 730,67 €					10 862 730,67 €	9 032 294,24 €	
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	172 502,04 €					172 502,04 €	164 928,96 €	
D1.3	Segurança social	1 997 535,46 €					1 997 535,46 €	1 664 581,58 €	
D2	Aquisição de bens e serviços	13 737 826,28 €					13 737 826,28 €	13 406 281,89 €	
D3	Juros e outros encargos	194 871,50 €					194 871,50 €	39 492,06 €	
D4	Transferências e subsídios correntes	5 253 966,28 €					5 253 966,28 €	4 248 769,53 €	
D4.1	Transferências correntes	3 682 904,52 €					3 682 904,52 €	2 731 715,31 €	
D4.1.1	Administrações Públicas	792 223,34 €					792 223,34 €	719 774,59 €	
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português								
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades								
D4.1.1.3	Segurança Social								
D4.1.1.4	Administração Regional								
D4.1.1.5	Administração Local	792 223,34 €					792 223,34 €	719 774,59 €	
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	2 626 740,30 €					2 626 740,30 €	1 878 910,55 €	
D4.1.3	Famílias	57 799,49 €					57 799,49 €	64 457,65 €	
D4.1.4	Outras								
D4.2	Subsídios Correntes	1 571 061,76 €					1 571 061,76 €	1 517 054,22 €	
D5	Outras despesas correntes	663 537,79 €					663 537,79 €	826 624,92 €	
DA02	Despesa de capital	9 077 932,00 €					9 077 932,00 €	6 914 002,02 €	
D6	Aquisição de bens de capital	8 054 587,65 €					8 054 587,65 €	5 798 446,97 €	
D7	Transferências e subsídios de capital	1 023 344,35 €					1 023 344,35 €	1 114 832,65 €	
D7.1	Transferências de capital	1 023 344,35 €					1 023 344,35 €	1 114 832,65 €	
D7.1.1	Administrações Públicas	469 956,53 €					469 956,53 €	537 581,16 €	
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português								
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades								
D7.1.1.3	Segurança Social								
D7.1.1.4	Administração Regional								
D7.1.1.5	Administração Local	469 956,53 €					469 956,53 €	537 581,16 €	
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	553 387,82 €					553 387,82 €	577 251,49 €	
D7.1.3	Famílias								
D7.1.4	Outras								
D7.2	Subsídios de capital								
D8	Outras despesas de capital								
DA03	Despesa efetiva [5]	41 960 902,02 €					41 960 902,02 €	36 296 975,20 €	
DA04	Despesa não efetiva [6]	972 874,18 €					972 874,18 €	855 433,54 €	
D9	Despesa com ativos financeiros						0,00 €	0,00 €	
D10	Despesa com passivos financeiros	972 874,18 €					972 874,18 €	855 433,54 €	
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	42 933 776,20 €					42 933 776,20 €	37 152 408,74 €	
DOT1	Operações de tesouraria [C]					342 694,26 €	342 694,26 €	273 725,95 €	
DA06	Saldo para a gerência seguinte	-6 116 526,75 €		12 521 133,16 €	544 069,10 €	2 917 686,96 €	9 856 362,47 €	11 649 614,49 €	
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	-6 116 526,75 €		12 521 133,16 €	544 069,10 €		6 948 675,51 €	8 857 308,64 €	
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]-[B]-[C]					2 917 686,96 €	2 917 686,96 €	2 792 305,85 €	
DA09	Saldo global [2] - [5]	-5 310 083,27 €		3 552 646,59 €			-1 757 436,68 €	2 081 815,69 €	
DA10	Despesa primária	33 766 992,53 €					33 766 992,53 €	28 590 639,34 €	
DA11	Saldo corrente	2 069 887,14 €		226 570,76 €			2 296 457,90 €	4 799 205,26 €	
DA12	Saldo de capital	-7 396 801,59 €		3 326 075,83 €			-4 070 725,76 €	-2 743 045,61 €	
DA13	Saldo primário	-5 314 759,49 €		3 552 646,59 €			-1 762 112,90 €	1 679 345,28 €	
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	36 817 249,45 €		12 521 133,16 €	544 069,10 €		49 882 451,71 €	46 009 717,38 €	
DA15	Despesa total [5] + [6]	42 933 776,20 €					42 933 776,20 €	37 152 408,74 €	

* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.

1.2 Demonstração consolidada de Direitos e obrigações por naturezas



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZAS
GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE

RUBRICA	LIQUIDAÇÕES	31.12.2023	31.12.2022
R1	Receita corrente	1 293 617,36	236 614,87
R11	Receita fiscal	92 102,20	92 091,20
R12	Impostos diretos	551,79	551,79
R3	Impostos indiretos	91 550,41	91 539,41
R4	Taxas, multas e outras penalidades	20 269,44	15 217,76
R5	Rendimentos de propriedade	1 231,66	2 114,63
R51	Transferências e subsídios correntes	8 692,50	8 712,93
R511	Transferências correntes		
R5111	Administrações Públicas		
R513	Administração Central - Estado Português	8 692,50	8 712,93
R6	Outras	1 170 811,90	118 478,35
R7	Venda de bens e serviços	509,66	
R8	Outras receitas correntes	3 069,23	5 046,25
	Receita de capital	3 069,23	5 046,25
	Venda de bens de investimento		
	Receita efetiva (2)	1 296 686,59	241 661,12
	Receita não efetiva (3)		
	Receita total (4)=(1)+(2)+(3)	1 296 686,59	241 661,12

RUBRICA	OBRIGAÇÕES	31.12.2023	31.12.2022
D1	Despesa corrente	1 185 766,53	504 639,08
D11	Despesas com o pessoal	71 337,95	280,00
D12	Remunerações Certas e Permanentes	14 132,73	280,00
D13	Abonos Variáveis ou Eventuais		
D2	Segurança social	57 205,22	
D4	Aquisição de bens e serviços	1 003 230,75	493 906,18
D41	Transferências e subsídios correntes	12 305,20	10 416,00
D412	Transferências correntes	12 305,20	10 416,00
D413	Entidades do Setor Não Lucrativo	12 305,20	10 416,00
D42	Famílias		
D5	Empresas Públicas Municipais e Intermuni	97 025,03	
	Outras despesas correntes	1 867,60	36,90
D6	Despesa de capital	33 003,47	3 338,00
	Aquisição de bens de capital	33 003,47	3 338,00
	Despesa efetiva (5)	1 218 770,00	507 977,08
	Despesa não efetiva (6)		
D10	Despesa com passivos financeiros		
	Despesa total (7)=(5)+(6)	1 218 770,00	507 977,08

2- Posição Financeira: Balanço consolidado

O Balanço mostra a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Autárquico à data de encerramento do exercício 2023, mostrando, por um lado, o Ativo do GPM de Esposende, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, e, por outro lado, o Passivo e o Património Líquido do GPM de Esposende representam a estrutura financeira, a origem de fundos.

A variação e estrutura do Balanço Consolidado reparte-se conforme a seguir se demonstra:

Balanço Consolidado						
	2023.12.31	%	2022.12.31	%	Variação 2023-2022	%
TOTAL DO ATIVO	130 608 357,72	100,00%	126 645 130,97	100,00%	3 963 226,75	3,13%
Ativo não corrente	117 385 299,77	89,88%	111 684 042,98	88,19%	5 701 256,79	4,50%
Ativos fixos tangíveis	111 324 228,06	85,24%	105 847 222,77	83,58%	5 477 005,29	4,32%
Propriedades de investimento	391 494,81	0,30%	406 520,79	0,32%	-15 025,98	-0,01%
Ativos intangíveis	226 825,92	0,17%	163 642,03	0,13%	63 183,89	0,05%
Participações financeiras	5 105 807,78	3,91%	5 256 863,87	4,15%	-151 056,09	-0,12%
Outros ativos financeiros	5 026,36	0,00%	9 793,52	0,01%	-4 767,16	0,00%
Outras contas a receber	331 916,84	0,25%	331 916,84	0,26%		
Ativo Corrente	13 223 057,95	10,12%	14 961 087,99	11,81%	-1 738 030,04	-1,37%
Inventários	300 661,81	0,23%	283 467,77	0,22%	17 194,04	0,01%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	8 692,50	0,01%	8 712,93	0,01%	-20,43	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes	1 073 299,75	0,82%	992 359,94	0,78%	80 939,81	0,06%
Estado e outros entes públicos	40 116,41	0,03%	35 742,82	0,03%	4 373,59	0,00%
Outras contas a receber	1 544 225,96	1,18%	1 689 891,63	1,33%	-145 665,67	-0,12%
Diferimentos	389 699,05	0,30%	301 298,41	0,24%	88 400,64	0,07%
Caixa e depósitos	9 866 362,47	7,55%	11 649 614,49	9,20%	-1 783 252,02	-1,41%

Quadro 1 – Síntese do ativo consolidado

O total do ativo do Grupo Público do Município de Esposende ascendeu, em 2023, ao montante de €130 608 357,72 (€126 645 130,97 em 2022) o que representa um aumento de aproximadamente 3,96 M€ em relação ao ano transato. Este aumento, é essencialmente justificado pela variação registada nas rubricas de ativos fixos tangíveis à semelhança do exercício económico de 2022.

O aumento de cerca de 5,48M€ da rubrica de ativos fixos tangíveis resulta essencialmente da entidade consolidante que representa 78,21% desta rubrica do balanço consolidado.



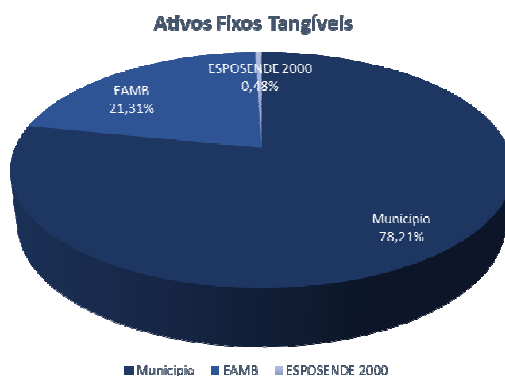


Gráfico 1 – Ativos Fixos Tangíveis

A diminuição de cerca de 1,78M€ da rubrica de caixa e depósitos resulta essencialmente da entidade consolidante, em cerca de 1,7 M€. A entidade consolidante inclui cerca de 2,92 M€ de operações de tesouraria relacionadas com cauções que perfaz um aumento em cerca de 0,125 M€ face a 2022.

A estrutura do balanço evidencia que o ativo não corrente, representa cerca de 89,88% do total do Ativo, do qual 85,54% está relacionado com bens móveis e imóveis sendo maioritariamente constituído por bens de domínio público.

O ativo corrente, diminuiu cerca de 1,74M€ face a 2022 e representa 10,12% do Total do Ativo, sendo de destacar os meios financeiros com maior liquidez, o caixa e depósitos, no valor de € 9 866 362,47.

A evolução das principais rubricas do património líquido consolidado e passivo consolidado a 31 de dezembro de 2023, face a 31 de dezembro de 2022, é apresentada no quadro infra:

Balanço Consolidado		2023.12.31	%	2022.12.31	%	Variação 2023-2022	%
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO		130 608 357,72	100,00%	126 645 130,97	100,00%	3 963 226,75	3,13%
Patrimônio Líquido		114 803 878,81	87,90%	110 570 144,88	87,31%	4 233 733,93	3,34%
Patrimônio	46 064 588,99	35,27%	46 064 588,99	36,37%	0,00	0,00%	
Reservas	25 563 041,67	19,57%	25 563 041,67	20,18%	0,00	0,00%	
Resultados transitados	-13 174 389,54	-10,09%	-13 911 788,09	-10,98%	737 398,55	0,58%	
Ajustamentos em ativos financeiros	323 134,23	0,25%	323 134,23	0,26%	0,00	0,00%	
Outras variações no Patrimônio Líquido	55 864 725,00	42,77%	51 953 977,59	41,02%	3 910 747,41	3,09%	
Resultado líquido do período	162 778,46	0,12%	577 190,49	0,46%	-414 412,03	-0,33%	
Passivo não corrente		9 463 025,39	7,25%	10 171 971,28	8,03%	-708 945,89	-0,56%
Provisões	829 713,63	0,6%	1 603 387,28	1,3%	-773 673,65	-0,6%	
Financiamentos obtidos	5 691 930,31	4,4%	5 744 096,49	4,5%	-52 166,18	0,0%	
Passivos por impostos diferidos	31 109,17	0,0%	34 663,69	0,0%	-3 554,52	0,0%	
Outras contas a pagar	2 910 272,28	2,2%	2 789 823,82	2,2%	120 448,46	0,1%	
Passivo corrente		6 341 453,52	4,86%	5 903 014,81	4,66%	438 438,71	0,35%
Fornecedores	1 581 519,47	1,2%	991 919,23	0,8%	589 600,24	0,5%	
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	43 179,20	0,0%	43 028,98	0,0%	150,22	0,0%	
Estado e outros entes públicos	109 311,10	0,1%	150 492,84	0,1%	-41 181,74	0,0%	
Financiamentos obtidos	675 564,37	0,5%	957 165,56	0,8%	-281 601,19	-0,2%	
Fornecedores de investimentos	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	
Outras contas a pagar	3 347 323,39	2,6%	3 117 367,29	2,5%	229 956,10	0,2%	
Diferimentos	584 555,99	0,4%	643 040,91	0,5%	-58 484,92	0,0%	
TOTAL PASSIVO		15 804 478,91	12,10%	16 074 986,09	12,69%	-270 507,18	-0,22%

Quadro 2 – Síntese do Património Líquido e do Passivo consolidados

O património líquido representa 87,90% do Património Líquido e do Passivo consolidados. As principais rubricas do património líquido são desagregadas em património correspondente a 35,27%, outras variações no património líquido, equivalentes a cerca de 42,77%.

Conforme evidenciado no quadro 2, o montante do património líquido consolidado atingiu o montante de € 114 803 878,81, o qual evidencia um aumento de aproximadamente de 4,23 M€



face a 31 de dezembro de 2022, correspondendo a um aumento de 3,34%, que decorre fundamentalmente:

- Do aumento registado na rubrica outras variações no património líquido em €3,91 M€ os quais, em grande parte se verificaram na entidade-mãe, em consequência do reconhecimento em fundos próprios dos subsídios não reembolsáveis para aquisição de ativos fixos tangíveis, de acordo com a vida útil dos ativos subjacentes.

e

- Das doações obtidas, de bens de AFT, no Município de Esposende em cerca de 1,7M€.

O total do passivo corresponde a 12,10% do total do património líquido e passivo, dos quais 7,25% correspondem ao passivo não corrente, sendo a rubrica de financiamentos obtidos a mais expressiva, com 4,40%. O passivo corrente representa 4,86%, sendo as rubricas de financiamentos obtidos, total de fornecedores e outras contas a pagar as mais significativas, com 0,5%, 1,20% e 2,6% respetivamente.

Relativamente à evolução do passivo consolidado do Grupo Público importa destacar o seguinte:

- O valor refletido na rubrica Estado e outros entes públicos corresponde basicamente a impostos, de 2023, entretanto liquidados em 2024 (CGA, SS e IRS), e à retenção de outros encargos reconhecidos nas contas do Município de Esposende e das suas entidades controladas;
- A dívida a fornecedores de conta corrente no final do ano 2023 registou um aumento de aproximadamente 590 mil €, face ao período homólogo. Este aumento verificou-se na entidade mãe sendo que as participadas registaram ligeira diminuição na dívida a fornecedores face ao ano económico de 2022.
- As outras dívidas a pagar no final do ano 2023 registavam um aumento de aproximadamente 230 mil €, face ao período homólogo, sendo as rubricas mais significativas para este aumento, remunerações a liquidar, cerca de 147 mil € e com 54mil € de outros acréscimos de gastos.

Em termos de estrutura, o Património Líquido e do Passivo representam 87,90%.

O gráfico abaixo mostra a relação proporcional do Balanço consolidado do Grupo Municipal:

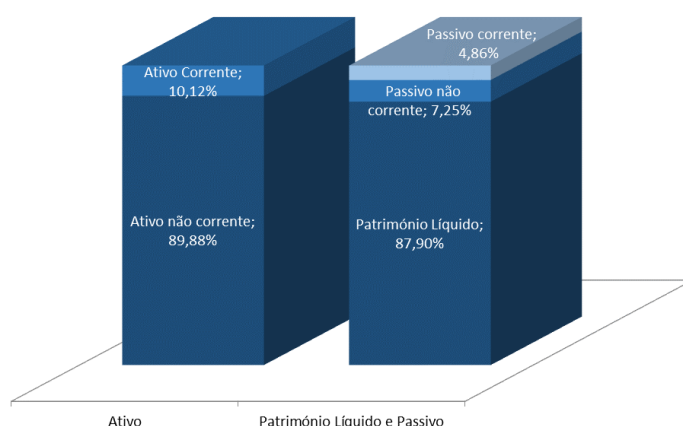


Gráfico 2 – Estrutura do Balanço



3 - Desempenho: Demonstração dos resultados por naturezas consolidada

Em 2023, o Grupo Público do Município de Esposende obteve um resultado líquido do período positivo de € 162 778,46 (€ 577 190,49 em 2022), tendo-se verificado uma diminuição face ao ano anterior, de aproximadamente 0,41M€, conforme apresentado abaixo:

Estrutura de Resultados	2023		2022	Variação	%
Resultados operacionais	419 294,50 €		691 544,78 € -	272 250,28 €	-47,17%
Resultados Financeiros	213 072,07 €	-	64 045,03 € -	149 027,04 €	-25,82%
Resultados antes de impostos	206 222,43 €		627 499,75 € -	421 277,32 €	-72,99%
Impostos sobre o rendimento	43 443,97 €		50 309,26 € -	6 865,29 €	-1,19%
Resultado Líquido do Exercício	162 778,46		577 190,49	- 414 412,03	-16%

Quadro 3 – Resultados Consolidados

A Demonstração dos Resultados tem como objetivo aferir o desempenho ou seja grau de eficiência económica atingido, de forma a diagnosticar a capacidade do Grupo Municipal em gerar fluxos de caixa.

Ao nível financeiro, o Grupo Municipal apresentou, ao longo de 2023 uma performance equilibrada, tendo para tal contribuído o rigor na gestão do mesmo.

Nos pontos seguintes ao presente relatório apresenta-se a informação detalhada para os rendimentos e gastos que contribuíram para o resultado líquido do exercício, fazendo-se também a sua comparação com o exercício de 2022.

3.1. Estrutura dos rendimentos consolidados

A estrutura dos rendimentos do Grupo Público do Município de Esposende é apresentada no quadro abaixo, sendo que o total de rendimentos reflete uma evolução positiva de € 2 186 473,24, face ao período de 2022. Esta variação justifica-se principalmente devido:

- Ao aumento das rubricas de subsídios correntes obtidos em cerca de 1M€, Prestações de serviços e concessões, em cerca de 858 mil euros, provisões 774 mil euros, outros rendimentos e ganhos 389 mil euros e vendas 156 mil euros, maioritariamente relacionado com a entidade-mãe.
- A diminuição da rubrica Impostos, contribuições e taxas em cerca de 1M€, maioritariamente relacionado com a entidade-mãe.

Os rendimentos do Grupo Municipal atingiram o valor de €37 478 360,36 (€35 291 887,12 em 2022) sendo na sua maioria provenientes das rubricas de Impostos, contribuições e taxas, 30,00%, Transferências e Subsídios correntes obtidos, 33,40% e Prestações de serviços e concessões, 18,67%, os outros grupos correspondem a 17,83% dos rendimentos totais.



A estrutura de rendimentos do Grupo Público Municipal está assim distribuída:

Estrutura de Rendimentos	2023	%	2022	%	Varição 2023-2022	%
Impostos, contribuições e taxas	11 244 127,26 €	30,00%	12 262 206,76 €	34,75%	1 018 079,50 €	-8,30%
Vendas	1 914 034,81 €	5,11%	1 757 200,30 €	4,98%	156 834,51 €	8,93%
Prestações de serviços e concessões	6 996 463,43 €	18,67%	6 138 449,74 €	17,39%	858 013,69 €	13,98%
Transferências e subsídios correntes obtidos	12 516 122,12 €	33,40%	11 493 778,20 €	32,57%	1 022 343,92 €	8,89%
Trabalhos para a própria entidade	317 698,72 €	0,85%	309 772,01 €	0,88%	7 926,71 €	2,56%
Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00%	1 130,72 €	0,00%	1 130,72 €	-100,00%
Provisões (aumentos)	773 673,65 €	2,06%		0,00%	773 673,65 €	
Outros rendimentos e ganhos	3 700 449,58 €	9,87%	3 311 013,74 €	9,38%	389 435,84 €	11,76%
Juros e rendimentos similares obtidos	15 790,79 €	0,04%	18 335,65 €	0,05%	2 544,86 €	-13,88%
TOTAL DE RENDIMENTOS	37 478 360,36 €	100,00%	35 291 887,12 €	100,00%	2 186 473,24 €	6,20%

Quadro 4 - Estrutura de Rendimentos

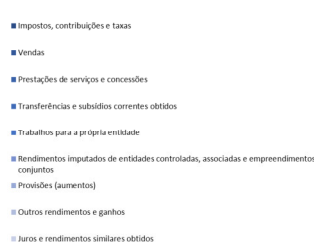


Gráfico 3 – Estrutura de rendimentos - Ano 2023

2.2. Estrutura dos gastos consolidados

Os gastos do Grupo Municipal atingiram o valor de € 37 272 137,93 (€34 664 387,37 em 2022) sendo provenientes das rubricas de Fornecimentos e serviços externos (31,71%), gastos com o pessoal (34,47%), Depreciações e Amortizações (13,34%), Transferências e subsídios concedidos (12,63%) e as outras rubricas (7,85%) dos gastos totais.

A estrutura de gastos do Grupo Municipal está assim distribuída:

Estrutura de Gastos	2023	%	2022	%	Varição	%
CMVMC	1 903 060,40 €	5,11%	1 786 595,75 €	5,15%	116 464,65 €	6,52%
Fornecimentos e Serviços Externos	11 819 054,19 €	31,71%	11 564 718,74 €	33,36%	254 335,45 €	2,20%
Gastos com o Pessoal	12 847 895,46 €	34,47%	11 062 210,23 €	31,91%	1 785 685,23 €	16,14%
Transferências e subsídios concedidos	4 706 713,11 €	12,63%	3 917 134,20 €	11,30%	789 578,91 €	20,16%
Imparidade de dívidas a receber	38 066,97 €	0,10%	32 341,06 €	0,09%	5 725,91 €	17,70%
Provisões		0,00%	765 967,28 €	2,21%	765 967,28 €	-100,00%
Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	151 056,08 €	0,41%		0,00%	151 056,08 €	
Outros gastos e perdas	606 019,43 €	1,63%	505 841,76 €	1,46%	100 177,67 €	19,80%
Gastos / Depreciação e amortização	4 971 409,43 €	13,34%	4 947 197,67 €	14,27%	24 211,76 €	0,49%
Juros e gastos similares suportados	228 862,86 €	0,61%	82 380,68 €	0,24%	146 482,18 €	177,81%
TOTAL DE GASTOS	37 272 137,93 €	100,00%	34 664 387,37 €	100,00%	2 607 750,56 €	7,52%

Quadro 4 - Estrutura de Gastos

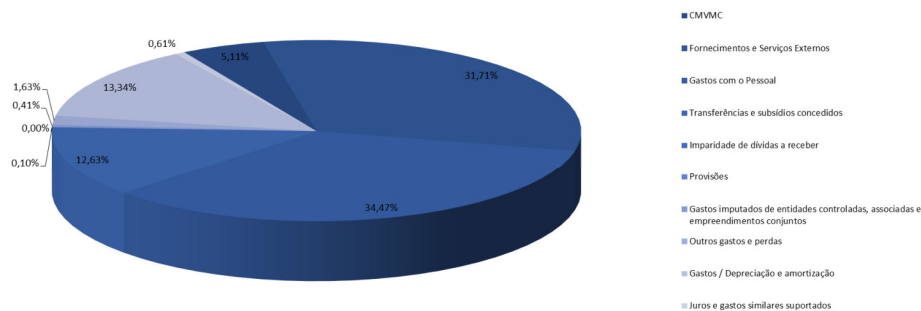


Gráfico 4 – Estrutura de gastos – Ano 2023



V – Principais indicadores económicos e financeiros consolidados

De um modo geral, verificaram-se alterações nas diversas classes das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público Município de Esposende de 2023, comparativamente ao ano transato, sendo de realçar o seguinte:

- O total do ativo consolidado ascendeu a 130,6 M€ (126,6 M€ em 2022);
- O passivo consolidado rondou os 15,8 M€ (16,1 M€ em 2022);
- O património líquido consolidado aproximou-se dos 114,8 M€ (110,6 M€ em 2022);
- Os rendimentos consolidados atingiram cerca de 37,5 M€ (35,3 M€ em 2022);
- Os gastos consolidados ascenderam a 37,2 M€ (34,7 M€ em 2022);
- O resultado líquido consolidado do período representou cerca de 0,16 mil€ (0,58 mil M€ em 2022); e
- O EBITDA do período rondou os 5,4M€ (5,6 M€ em 2022).

Em virtude de se estar perante a situação financeira de um Grupo Público Municipal, há que ter em conta que o Ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros. Os Ativos do Grupo integram bens não hipotecáveis ou alienáveis, como sejam, os bens de domínio público e bens privados necessários à prestação do serviço público.

No caso do Grupo Público Municipal de Esposende, os bens de domínio público representam 21,25% do seu Ativo Total.

De seguida são apresentados os indicadores económicos e financeiros consolidados, que se consideram mais relevantes para a análise da evolução do Grupo Público do Município de Esposende, com referência a 31 de dezembro de 2023, bem como, a variação dos mesmos, quando comparados com o período homólogo:

INDICADORES			GRUPO PÚBLICO MUNICIPAL DE ESPOSENDE 2023		GRUPO PÚBLICO MUNICIPAL DE ESPOSENDE 2022		GRUPO PÚBLICO MUNICIPAL DE ESPOSENDE 2023/2022	
			Montantes	%	Montantes	%	Montantes	%
SUSTENTABILIDADE A MÉDIO E LONGO PRAZO	Solvabilidade I	Património Líquido	114 803 878,81	726,40%	110 570 144,88	687,84%	4 233 733,93	38,56%
		Passivo	15 804 478,91		16 074 986,09		- 270 507,18	
	Solvabilidade II	Ativo Líquido	130 608 357,72	826,40%	126 645 130,97	787,84%	3 963 226,75	38,56%
		Passivo	15 804 478,91		16 074 986,09		- 270 507,18	
	Autonomia Financeira	Património Líquido	114 803 878,81	87,90%	110 570 144,88	87,31%	4 233 733,93	0,59%
		Ativo Líquido	130 608 357,72		126 645 130,97		3 963 226,75	
EQUILÍBRIO DE CURTO PRAZO	Liquidez Geral	Ativo Corrente	13 223 057,95	208,52%	14 961 087,99	253,45%	- 1 738 030,04	-44,93%
		Passivo Corrente	6 341 453,52		5 903 014,81		438 438,71	
	Liquidez Imediata	Meios Financeiros Líquidos	9 866 362,47	155,59%	11 649 614,49	197,35%	- 1 783 252,02	-41,77%
		Passivo Corrente	6 341 453,52		5 903 014,81		438 438,71	
ENDIVIDAMENTO	Endividamento	Passivo	15 804 478,91	12,10%	16 074 986,09	12,69%	- 270 507,18	-0,59%
		Ativo Líquido	130 608 357,72		126 645 130,97		3 963 226,75	
	Endividamento Não Corrente	Dívidas Não Correntes	5 691 930,31	4,36%	5 744 096,49	4,54%	- 52 166,18	-0,18%
		Ativo Líquido	130 608 357,72		126 645 130,97		3 963 226,75	
	Endividamento Corrente	Passivo Corrente	6 341 453,52	4,86%	5 903 014,81	4,66%	438 438,71	0,19%
		Ativo Líquido	130 608 357,72		126 645 130,97		3 963 226,75	

Quadro 5 – Indicadores

Conforme se constata no quadro acima, o Grupo Público Municipal de Esposende apresenta um rácio de autonomia financeira elevado, quando comparado com 2022 há um ligeiríssimo aumento, no entanto continua a revelar a não dependência do mesmo face a capitais alheios.

Os rácios de liquidez geral e imediata diminuíram face ao período homólogo, o que permite concluir que reduziu o equilíbrio entre recursos e obrigações correntes, no entanto um rácio de liquidez imediata superior a 1 é considerado positivo, pois indica que a empresa possui ativos líquidos suficientes para cobrir suas obrigações de curto prazo e que se traduz na capacidade de o Grupo Público Municipal satisfazer os seus compromissos correntes.



VI – Demonstrações Financeiras Consolidadas

A separação dos ativos e passivos em correntes e não correntes no balanço proporciona informação útil ao distinguir os ativos líquidos que estão continuamente em movimento como capital corrente, dos usados nas operações de longo prazo, ou seja, não corrente, do Grupo Municipal. Esta separação também evidencia os ativos que se espera realizar dentro do ciclo operacional corrente e passivos que se devem pagar dentro do mesmo período.

1 - Balanço Consolidado

Balanço Consolidado			
	NOTAS	2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	111 324 228,06	105 847 222,77
Propriedades de investimento	8	391 494,81	406 520,79
Ativos intangíveis	3	226 825,92	163 642,03
Participações financeiras	18	5 105 807,78	5 256 863,87
Outros ativos financeiros		5 026,36	9 793,52
Outras contas a receber	23	331 916,84	0,00
Subtotal		117 385 299,77	111 684 042,98
Ativo corrente			
Inventários	10.1	300 661,81	283 467,77
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		8 692,50	8 712,93
Clientes, contribuintes e utentes	9	1 073 299,75	992 359,94
Estado e outros entes públicos		40 116,41	35 742,82
Outras contas a receber	23	1 544 225,96	1 689 891,63
Diferimentos		389 699,05	301 298,41
Caixa e depósitos	1	9 866 362,47	11 649 614,49
Subtotal		13 223 057,95	14 961 087,99
Total do ativo		130 608 357,72	126 645 130,97
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO			
Património Líquido			
Património		46 064 588,99	46 064 588,99
Reservas		25 563 041,67	25 563 041,67
Resultados Transitados		-13 174 389,54	-13 911 788,09
Ajustamentos em ativos financeiros		323 134,23	323 134,23
Outras variações no Património Líquido		55 864 725,00	51 953 977,59
Resultado líquido do período		162 778,46	577 190,49
Total do património líquido		114 803 878,81	110 570 144,88
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	829 713,63	1 603 387,28
Financiamentos obtidos	7/23	5 691 930,31	5 744 096,49
Passivos por impostos diferidos		31 109,17	34 663,69
Outras contas a pagar	23	2 910 272,28	2 789 823,82
Subtotal		9 463 025,39	10 171 971,28
Passivo corrente			
Fornecedores		1 581 519,47	991 919,23
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		43 179,20	43 028,98
Estado e outros entes públicos		109 311,10	150 492,84
Financiamentos obtidos	7/23	675 564,37	957 165,56
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	23	3 347 323,39	3 117 367,29
Diferimentos		584 555,99	643 040,91
Subtotal		6 341 453,52	5 903 014,81
Total do Passivo		15 804 478,91	16 074 986,09
Total do património líquido e do passivo		130 608 357,72	126 645 130,97

Demonstração Financeira 1 – Balanço Consolidado



2 – Demonstração dos Resultados Consolidada

De acordo com a NCP 1, todos os itens de rendimentos e de gastos reconhecidos num período devem ser incluídos na determinação do resultado do período, a menos que uma outra NCP exija de outra forma. Outras NCP exigem que alguns itens (tais como aumentos e diminuições de revalorizações e algumas diferenças cambiais) sejam reconhecidos diretamente como alterações no património líquido.

Esta demonstração financeira identifica todos os itens de rendimentos e de gastos reconhecidos num período incluídos para a determinação do resultado do período.

Demonstração dos Resultados Consolidada

Código de Contas	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2023	2022
70	Impostos, contribuições e taxas	14	11 244 127,26	12 262 206,76
71	Vendas	13	1 914 034,81	1 757 200,30
72	Prestações de serviços e concessões	4/13	6 996 463,43	6 138 449,74
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	13	12 516 122,12	11 493 778,20
74	Trabalhos para a própria entidade	14	317 698,72	309 772,01
785 + 7921 - 685	Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e	-	151 056,08	1 130,72
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10.2	- 1 903 060,40	- 1 786 595,75
62	Fornecimentos e serviços externos	-	- 11 819 054,19	- 11 564 718,74
63	Gastos com pessoal	19	- 12 847 895,46	- 11 062 210,23
60-603	Transferências e subsídios concedidos	-	- 4 706 713,11	- 3 917 134,20
651-7621	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	- 38 066,97	- 32 341,06
67-763	Provisões (aumentos/reduções)	15	- 773 673,65	- 765 967,28
78	Outros rendimentos e ganhos	13/14	3 700 449,58	3 311 013,74
68	Outros gastos e perdas	-	- 606 019,43	- 505 841,76
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			5 390 703,93	5 638 742,45
64-761	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3/5/8	- 4 971 409,43	- 4 947 197,67
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			419 294,50	691 544,78
79	Juros e rendimentos similares obtidos	13	15 790,79	18 335,65
69	Juros e gastos similares suportados	7	- 228 862,86	- 82 380,68
Resultado antes de impostos			206 222,43	627 499,75
812	Impostos sobre o rendimento do período	-	- 43 443,97	- 50 309,26
Resultado líquido do período			162 778,46	577 190,49

Demonstração Financeira 2 – Demonstração dos Resultados Consolidada



3 – Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

A informação acerca dos fluxos de caixa é útil aos utilizadores das demonstrações financeiras que estão geralmente interessados em saber como é que a entidade gera e usa os seus recursos financeiros. Tal acontece independentemente da natureza das atividades da entidade e do dinheiro poder ser visto como o produto da entidade, como pode ser o caso de uma instituição pública. As entidades precisam de dinheiro geralmente pelas mesmas razões, por muito diferentes que sejam as atividades que constituem a principal fonte de rendimento, necessitando de recursos financeiros para pagar os bens e serviços que consomem, para suportar os custos financeiros da sua dívida e, em alguns casos, para reduzir os seus níveis de dívida.

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (S/ REFERÊNCIAÇÃO DE CONTAS)

PERÍODO	CONSOLIDADO	
	ANO	ANO
2023/01/01 - 2023/12/31	2023	2022

Rubricas	Notas	Período 2023	Período 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		6 454 219,87	8 795 650,64
Recebimentos de contribuintes		10 339 073,98	11 707 049,59
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		7 875 340,08	11 332 222,82
Recebimentos de utentes		653 644,59	616 435,12
Pagamentos a fornecedores	-	14 034 204,26	13 840 113,19
Pagamentos ao pessoal	-	12 412 538,37	10 412 152,46
Pagamentos de transferências e subsídios	-	3 622 549,56	4 246 450,23
Caixa gerada pelas operações	-	4 747 013,67	3 952 642,29
Outros recebimentos/pagamentos		440 420,53	3 784 330,27
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	-	4 306 593,14	168 312,02
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis	-	2 960 513,15	1 987 017,05
Pagamentos - Investimentos financeiros	-	495,57	
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		2 580,00	
Recebimentos - Propriedades de Investimento		1 063 194,82	808 453,47
Recebimentos - Transferências de capital		4 536 537,34	2 242 394,66
Juros e rendimentos similares		5 185,28	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		2 645 988,72	1 063 831,08
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos			
Cobertura de prejuízos		-	68 572,52
Investimentos Financeiros		216,48	1 416,88
Recebimentos - Outras operações de financiamento		9 215,63	18 756,62
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos	-	949 087,22	841 694,11
Pagamentos - Juros e gastos similares	-	224 596,27	59 335,07
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-	1 032 609,14	812 283,16
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	-	2 693 213,56	419 859,94
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe		11 649 614,49	9 616 611,31
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		9 866 362,47	11 649 614,49
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		11 649 614,49	9 616 611,31
Saldo da gerência anterior (SGA)		11 649 614,49	9 616 611,31
SGA De execução orçamental		8 857 308,64	7 334 756,20
SGA De operações de tesouraria		2 792 305,85	2 281 855,11
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1.2.D	9 866 362,47	11 649 614,49
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		9 866 362,47	11 649 614,49
SGS De execução orçamental		6 948 675,51	8 857 308,64
SGS De operações de tesouraria		2 917 686,96	2 792 305,85

Demonstração Financeira 3 – Demonstração consolidada dos fluxos de caixa



4 – Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido

A demonstração consolidada das alterações no património líquido de uma entidade entre duas datas de relato reflete o aumento ou a diminuição nos seus ativos e passivos durante o período. Uma entidade deve apresentar uma demonstração de alterações no património líquido que evidencie: (a) O resultado do período; (b) Os rendimentos e gastos do período que, como exigido por outras Normas, seja reconhecido diretamente no património líquido; (c) O total de rendimentos e de gastos do período (somatório de (a) e (b)), mostrando separadamente as quantias totais atribuíveis aos proprietários da entidade que controla e aos interesses minoritários; e (d) Para cada componente do património líquido separadamente divulgado, os efeitos de alterações em políticas contabilísticas e correções de erros reconhecidos de acordo com a NCP 2 — Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros.

A demonstração consolidada das alterações no património líquido do grupo público do Município de Esposende em 31 de dezembro de 2023 é a que se segue:



DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO - GRUPO MUNICIPAL

(Município de Esposende - Grupo Municipal)

Período	(Periodicidade Mensal / Período Mensal Após Apuramento dos Resultados)	Ano
01/01/2022		2022
31/12/2022	Visualizar Contas s/ Mov.	Acumulados

Designação	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla							Total do património líquido
	Património	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	46 064 588,99 €	0,00 €	25 563 041,67 €	-19 237 112,71 €	323 134,23 €	51 805 644,89 €	2 547 692,53 €	107 066 989,60 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)			0,00 €	5 325 324,62 €	0,00	148 332,70	-2 547 692,53	2 925 964,79 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico				0,00 €				
Alterações de políticas contabilísticas				0,00 €				
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras				0,00 €				
Realização do excedente de revalorização				0,00 €				
Excedentes de revalorização e respetivas variações				0,00 €				
Transferências e subsídios de capital				0,00 €		1 414 810,89 €		1 414 810,89 €
			0,00 €					
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido				5 325 324,62 €		-599 920,50 €	577 190,49 €	5 302 594,61 €
Correção de erros materiais				0,00 €		-666 557,69 €		-666 557,69 €
				0,00 €				
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)				0,00 €			577 190,49 €	577 190,49 €
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)				0,00 €			-1 970 502,04 €	-1 970 502,04 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)								
Subscrições de capital/património				0,00 €				
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações				0,00 €				
Subscrições de prémios de emissão				0,00 €				
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)	46 064 588,99 €	0,00 €	25 563 041,67 €	-13 911 788,09 €	323 134,23 €	51 953 977,59 €	577 190,49 €	110 570 144,88 €

Demonstração Financeira 4 – Demonstração consolidada das Alterações no Património Líquido - Ano 2022

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO - GRUPO MUNICIPAL

(Município de Esposende - Grupo Municipal)

Período	(Periodicidade Mensal / Período Mensal Após Apuramento dos Resultados)	Ano
01/01/2023		2023
31/12/2023	Visualizar Contas s/ Mov.	Acumulados

Designação	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla						Total do património líquido
	Património	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	46 064 588,99 €	25 563 041,67 €	-13 911 788,09 €	323 134,23 €	51 953 977,59 €	577 190,49 €	110 570 144,88 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)		0,00 €	737 398,55 €	0,00 €	3 910 747,41 €	-577 190,49 €	4 070 955,47 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico			0,00 €				
Alterações de políticas contabilísticas			0,00 €				
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			0,00 €				
Realização do excedente de revalorização			0,00 €				
Excedentes de revalorização e respetivas variações			0,00 €				
Transferências e subsídios de capital			0,00 €		3 830 287,48 €		3 830 287,48 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido			737 398,55 €		80 459,93 €		817 858,48 €
Correção de erros materiais			0,00 €		0,00 €		0,00 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)			0,00 €			162 778,46 €	162 778,46 €
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)			0,00 €		3 910 747,41 €	-414 412,03 €	3 496 335,38 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)							
Subscrições de capital/património			0,00 €				
Entradas para cobertura de perdas							
Outras operações			0,00 €				
Subscrições de prémios de emissão			0,00 €				
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)	46 064 588,99 €	25 563 041,67 €	-13 174 389,54 €	323 134,23 €	55 864 725,00 €	162 778,46 €	114 803 878,81 €

Demonstração Financeira 5 – Demonstração consolidada das Alterações no Património Líquido - Ano 2023

VII – Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As notas que a seguir se apresentam estão de acordo com as divulgações exigidas nas NCP, relativamente às contas consolidadas. As notas cumprem a numeração sequencial definida no SNC-AP, sendo as notas omissas não aplicáveis ou não relevantes para a leitura das demais demonstrações financeiras. Os valores encontram-se expressos em Euros.

1.1. Identificação da entidade, período de relato

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público do Município de Esposende foram elaboradas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual aprova o SNC-AP, e define as novas normas relativas à consolidação de contas para as Administrações Públicas. Em consonância com o referido nas demonstrações financeiras separadas do Município de Esposende, o Grupo Público do Município de Esposende é constituído pelas participadas identificadas abaixo.

a) Entidades incluídas no perímetro de consolidação:

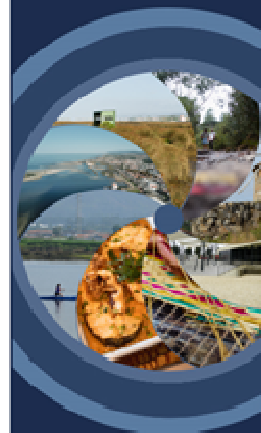
Denominação da Entidade	Sede Social	NIPC	Totalidade dos Fundos Patrimoniais detidos		Motivos da Inclusão	Obs.	Controlo Final %
			Capital Subscrito	% de Capital Detido			
Município de Esposende	Rua 1.º de Dezembro 4740 - 223 - Esposende	506 617 599			Entidade - mãe obrigada à elaboração de Contas Consolidadas nos termos do nº 6 do artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro		0%
Esposende 2000 - Actividades Desportivas e Recreativas, EM - Sociedade Unipessoal, Lda	Av. Eng.º Arantes de Oliveira 4740 - 204 - Esposende	503 879 614	100 000,00	100%	Municípios que detenham entidades empresariais municipais ou entidade associativa municipal, devem incluir as contas consolidadas, nos termos do nº 6 do artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro		100%
EAmb - Esposende Ambiente, EM - Sociedade Unipessoal, Lda	Travessa Conde de Agrolongo, n.º 10 4740 - 245 - Esposende	507 068 076	20 250 000,00	100%			100%
Zendensino, CIPRL	Rua Amorim Campos, 4740-335 Fão	504639862	2 550,00	49,90%			49,90%

b) Entidades excluídas do perímetro de consolidação:

Denominação da Entidade	Sede Social	NIPC	Totalidade dos Fundos Patrimoniais detidos			Motivos da Exclusão	Controlo Final %
			Capital Subscrito	% de Capital Detido	Proporção do Capital detido		
Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM do Cávado)	Rua do Carmo, 29, 4700 -309 Braga	508779472				Não se verificam os pressupostos previstos no nº. 6 do artº 75, da Lei 73/2013, de 3 de setembro	0,00%
Agência de Energia do Cávado*	Rua do Carmo, 29, 4700 -309 Braga	509401848					0,00%
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Marmoco e Sousa, 52, 3004 - 511 Coimbra	501627413					0,00%
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo Santiago da Barra, 4900-360 Viana do Castelo	508905435					0,00%
CIAB	Rua D. Afonso Henriques, 1, 4700-030 Braga	505214504					0,00%
Águas do Norte, SA	Av. Osnabruck, 29, 5000-427 Vila Real	513606084	111 061 732,00	0,91%	1 013 020,00		0,91%
CELANUS - Empresa Turismo	Rua das Pedras, 307 - Francelos - 4405 685 Gulpilhares	500523738	250 000,00	1%	2 500,00		1,00%
Resulima - Valorização Tratamento Resíduos Sólidos	Aterro Sanitário do Vale do Lima e Baixo Cávado, 4936-908 Vila Nova de Anha	503694398	2 500 000,00	4,80%	120 000,00		4,80%
Polis Litoral Norte*	Edifício de Apoio à Doca de Recreio, 4900-406 Viana do Castelo	508829569	26 100 000,00	15%	3 110 000,00		15,00%
FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	Praça do Comércio, Ala Oriental, 1149 - 015 Lisboa	513319183	650 000 000,00	0,15%	633 096,00		0,15%

*Valores do Relatório de Liquidação

O Município de Esposende mantém registado a título de participação financeira o montante de 3.110.000,00 euros correspondente a 15% do capital social da Polis Litoral Norte – Sociedade para a requalificação e Valorização do Litoral Norte, S.A. Contudo, foi aprovado na reunião da



Assembleia Geral de 23.12.2021 o Projeto de Partilha do Património restante da liquidação, que determina a imputação/integração de bens/direitos (cerca de 9M€) e obrigações (ainda não apurados). Por falta de informação necessária à contabilização dos referidos direitos e obrigações, o Município de Esposende não procedeu, no período de 2023, ao seu reconhecimento/contabilização.

O perímetro de consolidação financeiro é constituído de entre as entidades identificadas no quadro acima, apenas pelas participadas nas quais o Município de Esposende detém controlo (aplicando-se o método de consolidação integral) ou influência significativa (aplicando-se o método da equivalência patrimonial).

O período de relato das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público do Município de Esposende corresponde ao ano civil de 2023 (1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023), devendo ser aprovadas até ao final do mês de junho de 2023.

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras consolidadas

A. BASE DE PREPARAÇÃO

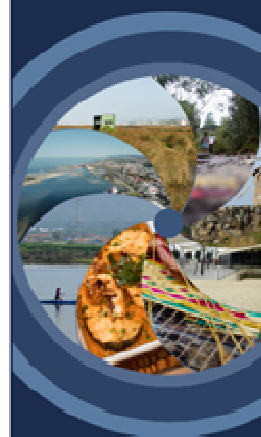
As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o GPME, exceto quanto aos requisitos das NCP 6/11/12 e 16 que não foram aplicados porque não se adequam à realidade do GPME. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as bases para a apresentação de demonstrações financeiras, os modelos de demonstrações financeiras, o código de contas e as normas contabilísticas públicas e de relato financeiro, e as normas interpretativas.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, mantendo uma apresentação apropriada mediante a aplicação e conformidade com o normativo aplicável, incluindo as políticas contabilísticas, para que seja proporcionada informação relevante, fiável, comparável e compreensível, e proporcionando divulgações adicionais sempre que as disposições contidas nas NCP possam ser insuficientes para permitir a sua compreensão.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil e de acordo com o regime do acréscimo.

Conforme o preconizado no art.º 13º do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro “quando o SNC-AP não contemplar o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, aplicam-se subsidiariamente pela ordem seguinte:

- a) As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor;
- b) O SNC;
- c) As Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;



d) As Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board.

B. DERROGAÇÕES DAS DISPOSIÇÕES DO SNC-AP

Durante o ano de 2023 não ocorreram derrogações das disposições do SNC-AP que produzissem efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas, pelo que a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados do GPME encontra-se assegurada.

C. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras consolidadas são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior, apresentados como comparativos nas presentes demonstrações financeiras consolidadas. A prestação de contas do Grupo Público do Município de Esposende do período de 2023 é comparável com a do período homólogo.

D. DESAGREGAÇÃO DE CAIXA E DEPÓSITOS

Os depósitos bancários contêm valores em Euros para os quais o risco de alteração de valor não é significativo. Todos os montantes incluídos nestas rubricas são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

Conta	Descrição	Períodos	
		31.12.2023	31.12.2022
11	Caixa	12 363,09	9 425,58
12	Depósitos à ordem	8 086 114,17	9 968 234,83
13	Outros depósitos	1 767 885,21	1 671 954,08
		9 866 362,47	11 649 614,49

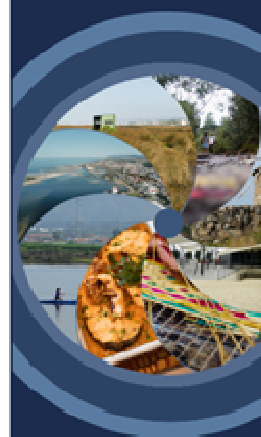
Os outros depósitos estão relacionados com depósitos de garantias e cauções.

NOTA 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mãe e das participadas que compõem o Grupo Público do Município de Esposende tendo em consideração as disposições do SNC-AP e SNC¹ respetivamente.

¹ De acordo com o referencial das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), previstas pelo Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado em 01.01.2016 é a Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpõe a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que alterou os Decretos-Leis n. os 158/2009, de 13 de julho, e 36-A/2011, de 9 de março.



Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o exercício de reporte.

Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Órgão executivo foram efetuadas com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso. O Órgão executivo do Município de Esposende entende que as demonstrações financeiras consolidadas anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira.

Tendo por base o disposto nas NCP as políticas contabilísticas adotadas pelo GPME foram as seguintes:

2.1.1. Pressuposto da continuidade

De acordo com o pressuposto da continuidade, o Grupo Público do Município de Esposende avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, considerando a capacidade de prosseguir com a sua atividade.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 deve ser efetuada no pressuposto da continuidade das operações e não espera impactos significativos nos próximos 12 meses que justifiquem a adoção de outra base contabilística.

2.1.2. Pressuposto do acréscimo (ou da periodização económica)

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de outras contas a pagar e a receber e nas rubricas de diferimentos.

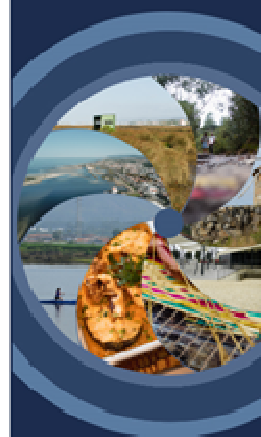
2.1.3. Consistência da apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras consolidadas são consistentes ao longo dos períodos.

2.1.4. Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, avaliados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se poderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas pelos utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas.

Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na fase das demonstrações financeiras consolidadas pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.



2.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço consolidado e da demonstração dos resultados consolidada. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida.

2.1.6. Informação comparativa

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pelo GPME no exercício de 2023 foram consistentes com os aplicados pelo grupo na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior. Assim, a prestação de contas do Grupo Público do Município de Esposende do período de 2023 é comparável com a do período homólogo.

2.1.7. Classificação de Balanço Consolidado

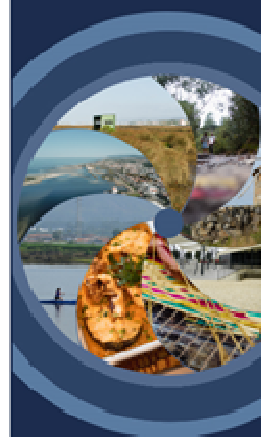
Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço consolidado são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

2.1.8. Principais estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Órgão executivo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que concerne ao impacto nos gastos e rendimentos reais.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto na NCP 2.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 incluem análises de imparidade, remunerações a liquidar, ajustamentos aos valores do ativo e provisões.



2.1.9. Acontecimentos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no presente Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

2.1.10. Alterações de políticas, estimativas e erros

Durante o exercício de 2023 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período comparativo, nem foram registados erros materiais relativos a períodos anteriores.

NOTA 3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCP 3, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

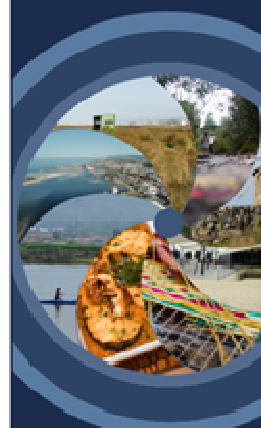
Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidada quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

3.1. Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Rubrica	31.12.2023			31.12.2022		
	Quantia Bruta Consolidada	Amortizações acumuladas Consolidadas	Quantia escriturada Consolidada	Quantia Bruta Consolidada	Amortizações acumuladas Consolidadas	Quantia escriturada Consolidada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	71 991,90	3 599,64	68 392,26	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	321 875,83	268 608,44	53 267,39	321 875,83	252 628,28	69 247,55
Programas de computador e sistemas de informação	581 555,18	484 131,92	97 423,26	537 150,53	446 033,30	91 117,23
Propriedade industrial e intelectual	3 277,25	-	3 277,25	3 277,25	-	3 277,25
Ativos intangíveis em curso	4 465,76	-	4 465,76	-	-	-
Total	983 165,92	756 340,00	226 825,92	862 303,61	698 661,58	163 642,03



3.2. Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período

Rubrica	Grupo Público do Município de Esposende 2023				Grupo Público do Município de Esposende 2022			
	Início do período Consolidado	Variações Consolidado		Quantia escriturada final Consolidado	Início do período Município Consolidado	Variações Consolidado		Quantia escriturada final Município Consolidado
		Adições	Amortizações do período			Adições	Amortizações do período	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	71 991,90	-3 599,64	68 392,26	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	-15 980,16	-15 980,16	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	69 247,55	18 463,64	-29 262,68	58 448,51	85 227,71	0,00	-15 980,16	69 247,55
Propriedade industrial e intelectual	91 117,22	25 941,01	-8 835,94	108 222,29	73 538,19	79 385,50	-61 806,47	91 117,22
Outros	3 277,26	0,00	0,00	3 277,26	3 277,26	0,00	0,00	3 277,26
Ativos intangíveis em curso	0,00	4 465,76	0,00	4 465,76	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	163 642,03	44 404,65	-38 098,62	226 825,92	162 043,16	79 385,50	-77 786,63	163 642,03

3.2.A. Ativos intangíveis – adições

Rubrica	Adições Consolidado 2023			Adições Consolidado 2022		
	Compra	Reclassificações	Total	Compra	Reclassificações	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	71 991,90	-	71 991,90	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	18 463,64	-	18 463,64	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	25 941,01	-	25 941,01	79 385,50	-	79 385,50
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-
Outros	4 465,76	-	4 465,76	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	44 404,65	-	44 404,65	-	-	-
Total	44 404,65	-	44 404,65	79 385,50	-	79 385,50

NOTA 4. ACORDOS DE CONCESSÃO

Existe um acordo de exploração de concessão de distribuição de eletricidade com a entidade EDP Distribuição - Energia, S.A..

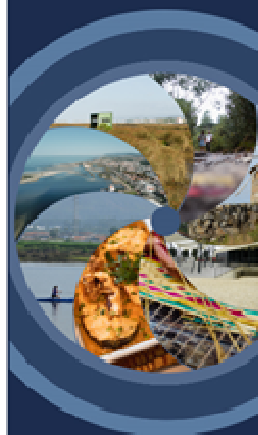
Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade	EDP Distribuição - Energia, S.A.	Infraestruturas elétricas

NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados inicialmente pelo seu custo, sendo de registar que o gasto de depreciação dos ativos iniciou quando estes ficaram disponíveis para uso e cessa quando os ativos são desreconhecidos. Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCP, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor. Os ativos tangíveis fixos tangíveis adquiridos numa transação sem contraprestação (não inclui imóveis) foram mensurados ao valor de mercado.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem, de acordo com o CC2 que constitui anexo ao SNC-AP.

Para as restantes entidades incluídas na consolidação, através do método integral, os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis estão mensurados no balanço ao custo de aquisição, sendo



as respetivas depreciações e amortizações calculadas, de acordo com o período de vida útil estimado pelo Órgão de Gestão de cada entidade, os quais não diferem significativamente dos períodos utilizados pelo Grupo Público do Município de Esposende, para as mesmas classes de bens, pelo que não foi necessário efetuar qualquer ajustamento de harmonização prévio à consolidação relativamente a este ponto.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

5.1. Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

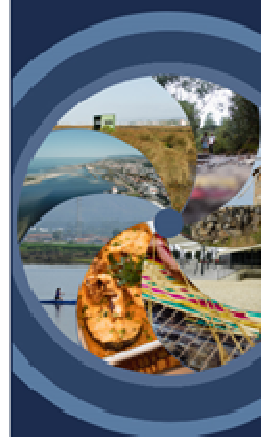
Rubrica	31.12.2023			31.12.2022		
	Quantia Bruta Consolidada	Amortizações acumuladas Consolidada	Quantia escriturada Consolidada	Quantia Bruta Consolidada	Amortizações acumuladas Consolidada	Quantia escriturada Consolidada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	69 429 681,68	41 751 782,91	27 677 898,77	63 255 785,12	39 464 046,76	23 791 738,36
Terrenos e recursos naturais	16 323 659,36	-	16 323 659,36	16 007 584,46	-	16 007 584,46
Edifícios e outras construções	47 200 918,44	15 695 884,80	31 505 033,64	40 645 197,21	14 811 295,04	25 833 902,17
Equipamento básico	57 711 738,03	38 374 353,03	19 337 385,00	57 201 411,31	37 072 862,09	20 128 549,22
Equipamento de transporte	2 222 534,74	1 855 955,50	366 579,24	2 264 818,78	1 952 229,82	312 588,96
Equipamento administrativo	4 626 602,63	4 073 958,61	552 644,02	4 833 445,02	4 210 463,52	622 981,50
Equipamentos biológicos	725 810,00	15 121,04	710 688,96	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	1 890 109,07	1 599 561,59	290 547,48	1 800 887,48	1 547 809,08	253 078,40
Investimentos em Curso	14 559 791,59	-	14 559 791,59	18 896 799,70	-	18 896 799,70
Total	214 690 845,54	103 366 617,48	111 324 228,06	204 905 929,08	99 058 706,31	105 847 222,77

5.2. Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Rubrica	Grupo Público do Município de Esposende 2023					Grupo Público do Município de Esposende 2022				
	Variações	Adições	Diminuições	Depreciações do período	Quantia escriturada final Consolidada	Variações	Adições	Diminuições	Depreciações do período	Quantia escriturada final Consolidada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	23 791 738,36	6 243 086,56	-69 190,00	-2 287 493,71	27 678 141,21	22 775 815,54	3 313 270,55	-100 554,50	-2 196 793,23	23 791 738,36
Terrenos e recursos naturais	16 007 584,46	1 303 385,81	-987 310,91	-	16 323 659,36	15 401 871,45	3 223 656,42	-2 617 943,41	-	16 007 584,46
Edifícios e outras construções	25 822 822,09	6 629 180,27	-43 107,40	-916 266,42	31 492 628,54	25 389 668,75	1 904 749,38	-469 467,79	-1 001 670,08	25 823 280,26
Equipamento básico	20 003 022,73	615 689,23	-2 729,67	-1 402 843,18	19 213 139,11	20 708 366,37	701 670,45	-1 407 014,09	-2 003 022,73	20 003 022,73
Equipamento de transporte	314 488,96	128 045,77	-74 055,49	-140 490,77	368 479,24	326 991,25	50 540,22	-63 042,51	-314 488,96	314 488,96
Equipamento administrativo	622 453,56	70 659,69	-	-	552 622,48	454 355,91	298 637,41	-458,17	-130 539,76	621 995,39
Equipamentos biológicos	725 810,00	99 199,08	-	-15 121,04	710 688,96	290 547,48	101 563,21	-	-	710 688,96
Outros ativos fixos tangíveis	253 782,82	6 810 563,86	-11 147 571,97	-62 434,42	14 694 321,68	18 489 162,76	542 167,03	-55 325,40	-	19 031 329,79
Investimentos em Curso	19 031 329,79	-	-	-	-	-	-	-	-	19 031 329,79
Total	105 847 222,77	22 625 620,27	-12 249 909,95	-4 898 705,03	111 324 228,06	103 753 777,04	10 136 254,67	-3 188 423,87	-4 854 385,07	105 847 222,77

5.2A. Ativos fixos tangíveis – adições

Rubrica	Adições Consolidadas 2023			Adições Consolidadas 2022		
	Compra	Reclassificações	Total Consolidado	Compra	Reclassificações	Total Consolidado
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	935 972,16	5 307 114,40	6 243 086,56	2 963 338,00	349 932,55	3 313 270,55
Terrenos e recursos naturais	1 303 385,81	-	1 303 385,81	1 811 311,31	1 412 345,11	3 223 656,42
Edifícios e outras construções	2 757 604,90	3 871 575,37	6 629 180,27	1 183 628,47	721 120,91	1 904 749,38
Equipamento básico	525 617,68	90 071,55	615 689,23	701 670,45	-	701 670,45
Equipamento de transporte	125 118,92	2 926,85	128 045,77	50 540,22	-	50 540,22
Equipamentos biológicos	56 146,39	3 344,99	59 491,38	-	-	-
Equipamento administrativo	11 168,31	725 810,00	736 978,31	298 637,41	-	298 637,41
Outros ativos fixos tangíveis	94 712,40	4 486,68	99 199,08	101 563,21	-	101 563,21
Investimentos em Curso	6 810 563,86	-	6 810 563,86	542 167,03	-	542 167,03
Total	12 620 290,43	10 005 329,84	22 625 620,27	7 652 856,10	2 483 398,57	10 136 254,67



5.2B. Ativos fixos tangíveis – diminuições

Rubrica	Diminuições Consolidadas 2023				Total Consolidado	Diminuições Consolidadas 2022				Total Consolidado
	Alienações	Reclassificações	Abates	Regularizações		Alienações	Reclassificações	Abates	Regularizações	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural			-69 190,00		-69 190,00			-100 554,50		-100 554,50
Terrenos e recursos naturais	-15 904,50		-987 156,41	-15 904,50	-1 018 965,41	-356 828,10		-2 261 115,31		-2 617 943,41
Edifícios e outras construções	-73 459,04	30 351,64		-73 459,04	-116 566,44	-250 729,06		-219 196,90		-469 925,96
Equipamento básico	-2 730,15	80 473,05	-83 203,72	-2 730,15	-8 459,97					
Equipamento de transporte	-66 040,84	164 304,81	-98 263,97	-66 040,84	-66 040,84					
Equipamento administrativo		276 869,58	-276 869,58							
Equipamentos biológicos										
Outros ativos fixos tangíveis		9 977,49	-9 977,49							
Investimentos em Curso		-11 147 571,57	-47 777,89		-11 195 349,46					
Total	-158 134,53	-10 585 555,46	-1 972 438,08	-158 134,53	-12 474 302,52	-607 557,16	0,00	-2 580 806,71	0,00	-3 188 423,87

NOTA 7. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Entidade do Perímetro da Consolidação	Entidade Credora	Descrição	Valor Contratado	Capital em dívida em 31-12-2023	Encargos do ano			Capital em dívida em 31-12-2022
					Amortização	Juros	Total	
Município de Esposende	Caixa Geral de Depósitos	CGD - Emp. n. 0288.001207.9.91	181 758,92 €	- €	4 098,56 €	4,15 €	4 102,71 €	4 098,56 €
		CGD - Emp. n. 0288.001279.7.91	56 445,97 €	- €	2 471,40 €	30,27 €	2 501,67 €	2 471,40 €
		CGD - Emp. n. 9015.002735.3.91	241 243,60 €	43 326,65 €	10 670,11 €	316,87 €	10 986,98 €	53 996,76 €
	Santander Totta	TOTTA - Emp. n. 003.00781376096	656 448,00 €	51 824,75 €	34 549,90 €	2 200,01 €	36 749,91 €	86 374,65 €
		TOTTA - Emp. n. 003.04183975096	934 000,00 €	183 999,94 €	83 333,34 €	6 980,63 €	90 313,97 €	267 333,28 €
	Crédito Agrícola	CA - POLIS LITORAL NORTE	2 610 000,00 €	740 554,06 €	99 330,60 €	28 806,41 €	128 137,01 €	839 884,66 €
		Plano de Investimentos nas Freguesias	3 500 000,00 €	2 527 777,80 €	194 444,44 €	96 962,73 €	291 407,17 €	2 722 222,24 €
		Plano de Investimentos nas Freguesias - 2ª fase	2 095 000,00 €	1 931 007,56 €	55 171,64 €	57 770,36 €	112 942,00 €	1 986 179,20 €
	Banco Europeu de Investimento	BEI - Mercado Municipal	204 400,00 €	204 400,00 €	- €	- €	- €	- €
		BEI - Largo Rodrigues Sampaio	182 850,00 €	182 850,00 €	- €	- €	- €	- €
		BEI - Facho	51 900,50 €	51 900,50 €	- €	1 325,30 €	1 325,30 €	- €
		BEI - Alameda	75 530,59 €	25 176,86 €	- €	- €	- €	- €
		BEI - S. Miguel	79 741,74 €	79 741,74 €	- €	457,75 €	457,75 €	- €
		BEI - Canal	213 752,28 €	71 250,76 €	- €	- €	- €	- €
		MLP	250 000,00 €	153 268,76 €	47 428,62 €	6 543,54 €	53 972,16 €	200 697,38 €
Esposende 2000, EM	Crédito Agrícola							
Esposende Ambiente, EM	Caixa Geral de Depósitos	9015006156951	5 000 000,00 €	105 859,92 €	413 068,78 €	11 874,27 €	424 943,05 €	518 928,70 €
	Millennium BCP	Millennium BCP - Locação		14 555,38 €	4 519,84 €	733,54 €	5 253,38 €	19 075,22 €
Total			22 370 272,21 €	6 367 494,68 €	949 087,23 €	214 005,83 €	1 163 093,06 €	6 701 262,05 €

NOTA 8 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De acordo com a NCP1, teria que ser divulgado o justo valor das propriedades de investimento. Até ao final da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, não foi possível apurar com fiabilidade o respetivo justo valor.

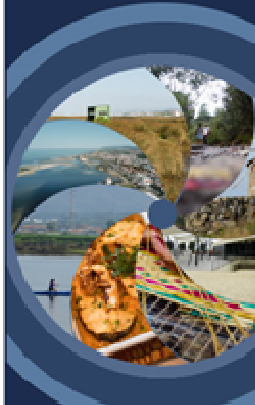
De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

8.1. Propriedades de investimento – Modelo do custo

Rubrica	31.12.2023			31.12.2022		
	Quantia Bruta Consolidada	Amortizações acumuladas Consolidadas	Quantia escriturada Consolidada	Quantia Bruta Consolidada	Amortizações acumuladas Consolidadas	Quantia escriturada Consolidada
Terrenos e recursos naturais	32 920,66		32 920,66	32 920,66		32 920,66
Edifícios e outras construções	751 302,77	392 728,62	358 574,15	751 302,77	377 702,64	373 600,13
Total	784 223,43	392 728,62	391 494,81	784 223,43	377 702,64	406 520,79

8.2. Propriedades de investimento – Modelo do custo – quantia escriturada e variações do período

Rubrica	Grupo Público do Município de Esposende 2023				Grupo Público do Município de Esposende 2022			
	Iniício do período Consolidado	Adições Consolidadas	Diminuições Consolidadas	Quantia escriturada final Consolidada	Iniício do período Consolidado	Adições Consolidadas	Diminuições Consolidadas	Quantia escriturada final Consolidada
Terrenos e recursos naturais	32 920,66			32 920,66	32 920,66			32 920,66
Edifícios e outras construções	373 600,13			358 574,15	388 626,11			373 600,13
Total	406 520,79	-	-	391 494,81	421 546,77	0,00	0,00	406 520,79



NOTA 9. IMPARIDADE DE ATIVOS

Rubrica	Ano 2023			Ano 2022				
	Quantia escriturada inicial Consolidada	Reforços	Reversões	Quantia escriturada final Consolidada	Quantia escriturada inicial Consolidada	Reforços	Reversões	Quantia escriturada final Consolidada
Imparidades de clientes, contribuintes e utentes	743 660,93	38 066,97	-	781 727,90	711 319,87	32 435,41	94,35	743 660,93
Total	743 660,93	38 066,97	0,00	781 727,90	711 319,87	32 435,41	94,35	743 660,93

A reversão do período ocorreu por força do recebimento, no que se refere ao reforço, este está relacionado com o risco de incobrabilidade associado às dívidas de Cliente, sendo assim contabilizada e constituída a imparidade para o exercício de 2023 no grupo público municipal.

NOTA 10. INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários de vender. Os inventários adquiridos através de uma transação sem contraprestação, são mensurados pelo justo valor à data de aquisição. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

O método de custeio utilizado foi o custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

10.1. Inventários

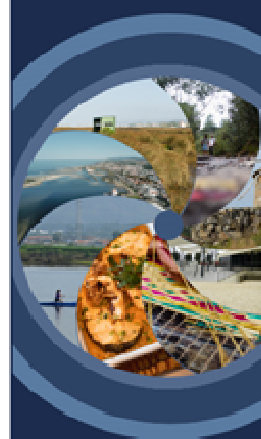
Rubrica	Consolidado 2023 31.12.2023			Consolidado 2022 31.12.2022		
	Quantia Bruta Consolidada	Imparidade acumulada Consolidada	Quantia recuperável Consolidada	Quantia Bruta Consolidada	Imparidade acumulada Consolidada	Quantia recuperável Consolidada
Mercadorias	76 030,25		76 030,25	69 189,05		69 189,05
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	224 631,56		224 631,56	214 278,72		214 278,72
Total	300 661,81	0,00	300 661,81	283 467,77	-	283 467,77

10.2. Inventários: Movimentos do período

Rubrica	Consolidado 2023 Movimentos do período 31.12.2023					Consolidado 2022 Movimentos do período 31.12.2022				
	Quantia escriturada inicial Consolidada	compras líquidas	Consumos/gastos	Outras reduções	Quantia escriturada final Consolidada	Quantia escriturada inicial Consolidada	compras líquidas	Consumos/gastos	Outras reduções	Quantia escriturada final Consolidada
Mercadorias	69 189,05	1 573 334,84	-1 566 493,64		76 030,25	55 299,99	1 450 788,63	-1 436 829,57	-70,00	69 189,05
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	214 278,72	346 919,60	-336 566,76		224 631,56	206 315,97	359 656,08	-350 778,29	-915,04	214 278,72
Total	283 467,77	1 920 254,44	-1 903 060,40	0,00	300 661,81	261 615,96	1 810 444,71	-1 787 607,86	-985,04	283 467,77

NOTA 13. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

O rendimento é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. A quantia de rendimento proveniente de uma transação é geralmente determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utilizador do ativo ou serviço e é mensurada pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber tendo em conta as quantias de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos.



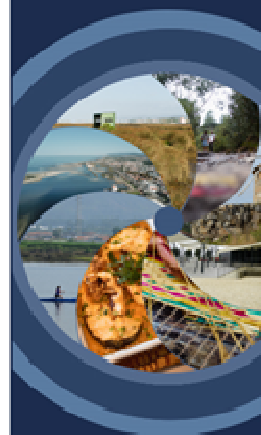
Na maior parte dos casos, a retribuição é feita sob forma de caixa ou de equivalentes de caixa e a quantia do rendimento é a quantia de caixa ou de equivalentes de caixa recebida ou a receber.

O rédito compreende os rendimentos associados a vendas e a serviços prestados. O rédito é reconhecido nas vendas aquando da passagem para o comprador dos riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos e nos serviços prestados é reconhecido na demonstração dos resultados quando prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.

Caso se verifiquem situações em que os serviços faturados são superiores aos serviços prestados, a diferença é registada na rubrica de rendimentos a reconhecer, sendo registados na demonstração dos resultados à medida que os mesmos são prestados e os respetivos gastos, associados a essa prestação, são incorridos.

Foram considerados rendimentos com contraprestação oriundos das vendas e prestações de serviços:

	Rendimento do Ano 2023	Rendimento do Ano 2022
Rubrica	Consolidado	Consolidado
Taxas, multas e outras penalidades	684 912,89	621 232,06
Mercados e feiras	60 976,78	58 224,65
Loteamentos e obras	463 284,64	452 273,17
Licença sobre o ruído	232,50	280,50
Taxa de Depósito da Ficha Técnica de Habitação (TDFTH)	195,00	315,00
Taxa pela Emissão do Certificado de Registo	593,38	545,97
Outras	48 966,41	41 477,94
Multas e outras penalidades	110 664,18	68 114,83
VENDAS	1 914 034,81	1 757 200,30
Mercadorias e Bens	37 670,60	39 390,25
Livraria, papelaria e artigos institucionais para venda	456,59	320,73
Água de Consumo Humano	1 875 399,22	1 716 309,52
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	508,40	1 179,80
Prestação de Serviços	6 996 463,43	6 138 449,74
Resíduos Sólidos	1 579 964,39	1 532 118,96
Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias	11 506,76	11 136,21
Serviços Desporto	19 998,50	21 405,50
Outros	6 371,13	14 829,46
Vistorias e ensaios	396 782,12	9 340,00
Aluguer de Espaços	11 244,00	21 996,86
Prestação de Serviços de água e Saneamento	3 967 926,25	3 772 862,71
Serviços desportivos e recreativos	994 432,69	746 042,79
Outras prestações de serviços	8 237,59	8 717,25
Alienações	50 225,72	259 475,86
Alienações de Ativos Fixos Tangíveis	50 225,72	259 475,86
Rendas em propriedades de investimento	845 704,89	833 370,94
Rendas Terrenos Concessionário Energia Elétrica (EDP)	815 611,40	754 839,36
Outros	12 472,10	10 191,26
Edifícios e outras construções	17 621,39	68 340,32
Outros rendimentos e ganhos	55 107,49	47 790,20
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	15 790,79	18 335,65
Total	10 562 240,02	9 675 854,75



NOTA 14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. Assim, satisfeita uma obrigação presente reconhecida como um passivo com respeito a um influxo de recursos proveniente de uma transação sem contraprestação, é reduzida a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhecer uma quantia de rendimento igual a essa redução.

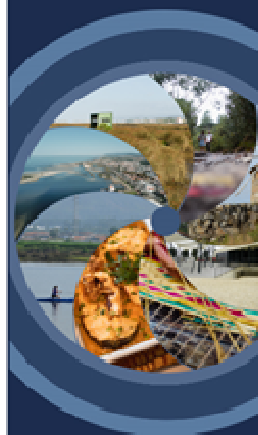
O reconhecimento de um aumento no ativo em consequência de uma transação sem contraprestação, reconhece o respetivo rendimento. Se tiver sido reconhecido um passivo relativamente ao influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, quando o passivo for subsequentemente reduzido o rendimento é reconhecido, porque ocorre o acontecimento tributável ou é satisfeita a condição. Se um influxo de recursos satisfizer a definição de contribuições dos proprietários, não é reconhecido como um passivo nem como um rendimento.

O momento do reconhecimento do rendimento é determinado pela natureza das condições e respetivo cumprimento.

Rubrica	Rendimento do Ano 2023	Rendimento do Ano 2022
	Consolidado	Consolidado
Impostos diretos	6 127 789,58	5 917 961,83
Imposto municipal sobre imóveis	4 904 528,40	4 802 466,14
Imposto único de circulação	1 217 743,28	1 108 324,98
Outros	5 517,90	
Impostos indiretos	4 431 424,79	5 723 012,87
Impostos indiretos específicos das autarquias locais	593 946,52	1 825 264,16
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	3 837 478,27	3 897 748,71
Transferências e subsídios correntes obtidos	12 516 122,12	11 493 778,20
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	4 570 743,00	4 456 697,00
Fundo Social Municipal (FSM)	893 599,00	1 253 696,00
Participação no IRS	1 845 303,00	1 605 091,00
Transferências Competências Educação- Lei n.º50/2018		
Participação do IVA	207 830,76	145 237,48
Outras	216 072,39	481 127,43
Serviços e Fundos Autónomos	40 283,97	42 089,09
Empresas Locais	-	58 231,10
Instituições sem fins lucrativos	-	-
FEDER	258 804,28	152 956,38
LEADER		
Outras	130 679,57	340 428,70
Sociedades e quase sociedades não financeiras	2,50	579,12
Contratos Programa	-	-
Reversões	773 673,65	0,00
De provisões	773 673,65	-
Trabalhos para a própria entidade	317 698,72	309 772,01
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	2 686 375,59	2 123 895,26
Outros Rendimentos e ganhos	63 035,89	46 481,48
Aplicação do método de equivalência patrimonial	0,00	1 130,72
Total	26 916 120,34	25 616 032,37

NOTA 15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo GPME, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de



prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para € 829 713,63 que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos. Estão no quadro abaixo refletidos os movimentos do GPME relativos a provisões:

		Ano 2023								
		Aumentos				Diminuições				
Rubrica	Quantia escriturada inicial	Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total dos aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total das diminuições	Quantia escriturada final
Processos judiciais em curso	1 603 387,28	10 689,60					773 673,65		773 673,65	829 713,63
Total	1 603 387,28	10 689,60	0,00	0,00	0,00	0,00	773 673,65	0,00	773 673,65	829 713,63

NOTA 17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no presente Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas foram emitidas para a aprovação em 04 de junho de 2024, pelo órgão executivo do Município de Esposende. Adicionalmente, as demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de dezembro de 2023 estão pendentes de aprovação pelo órgão deliberativo (Assembleia Municipal). No entanto, o Órgão Executivo do Município entende que as mesmas virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

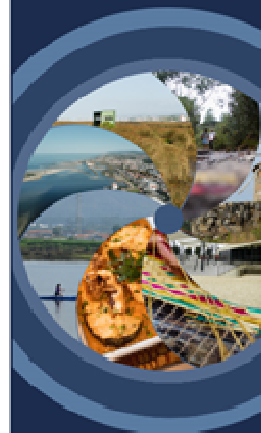
Contudo, em consonância com o descrito na nota 2.1.1. “Pressuposto da continuidade” o Grupo Público do Município de Esposende avaliou a informação de que dispõe e os principais pressupostos relativos ao futuro, considerando a capacidade de prosseguir com a sua atividade.

NOTA 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. O detalhe das participações financeiras encontra-se no quadro seguinte:

Denominação da Entidade	Sede Social	NIPC	Totalidade dos Fundos Patrimoniais detidos			Motivos da Exclusão	Controlo Final %
			Capital Subscrito	% de Capital Detido	Proporção do Capital detido		
Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM do Cávado)	Rua do Carmo, 29, 4700 -309 Braga	508779472				Não se verificam os pressupostos previstos no nº. 6 do artº 75, da Lei 73/2013, de 3 de setembro	0,00%
Agência de Energia do Cávado*	Rua do Carmo, 29, 4700 -309 Braga	509401848					0,00%
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Mamoco e Sousa, 52, 3004 - 511 Coimbra	501627413					0,00%
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo Santiago da Barra, 4900-360 Viana do Castelo	508905435					0,00%
CIAB	Rua D. Afonso Henriques, 1, 4700-030 Braga	505214504					0,00%
Águas do Norte, SA	Av. Osnabrock, 29, 5000-427 Vila Real	513606084	111 061 732,00	0,91%	1 013 020,00		0,91%
CELANUS - Empresa Turismo	Rua das Pedras, 307 - Francelos - 4405 685 Gulpihares	500523738	250 000,00	1%	2 500,00		1,00%
Resulima - Valorização Tratamento Resíduos Sólidos	Aterro Sanitário do Vale do Lima e Baixo Cávado, 4936-908 Vila Nova de Anha	503694398	2 500 000,00	4,80%	120 000,00		4,80%
Polis Litoral Norte*	Edifício de Apoio à Docca de Recreio, 4900-405 Viana do Castelo	508829569	26 100 000,00	15%	3 110 000,00		15,00%
FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	Praça do Comércio, Ala Oriental, 1149 - 015 Lisboa	513319183	650 000 000,00	0,15%	633 096,00		0,15%

* Valores do Relatório de Liquidação



NOTA 19- BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O GPME atribui os seguintes benefícios de curto prazo aos seus empregados: salários, contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, ausências permitidas a curto prazo e quaisquer outras retribuições previstas na Lei.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

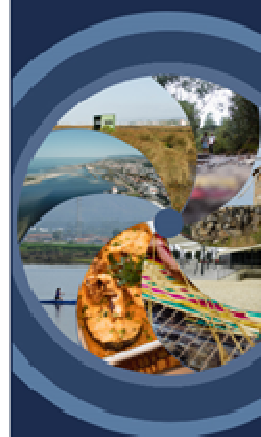
De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 01 de janeiro de cada ano e reporta ao trabalho prestado no ano civil anterior.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

O número total de trabalhadores ao serviço do GPME no final de cada exercício é o seguinte:

Categoria	N.º Funcionários											
	Município de Esposende			Esposende 2000, EM			Esposende Ambiente, EM			GPME		
	2022	2023	N.º Médio	2022	2023	N.º Médio	2022	2023	N.º Médio	2022	2023	N.º Médio
Dirigente Superior	0	0	0	1	1	1	1	1	1	2	2	2
Dirigente Intermédio	4	5	5	1	1	1	4	4	4	9	10	10
Carreiras Gerais - Técnico Superior	71	73	72	1	1	1	18	17	18	90	91	91
Carreiras Gerais - Assistente Técnico	90	89	90	1	1	1	11	11	11	102	101	102
Carreiras Gerais - Assistente Operacionais	230	245	238	4	4	4	66	61	64	300	310	305
Informática	5	4	5	0	0	0	3	4	4	8	8	8
Auxiliar de Limpeza	0	0	0	10	10	10	0	0	0	10	10	10
Nadador Salvador	0	0	0	3	2	3	0	0	0	3	2	3
Rececionista	0	0	0	5	4	5	0	0	0	5	4	5
Outros	9	8	9	12	12	12	0	0	0	21	20	21
Total	409	424	417	38	36	37	103	98	101	550	558	554

Descrição	Consolidado	Consolidado
	Ano 2023	Ano 2022
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	272 368,64	268 218,76
Conselho de Administração	120 734,89	123 398,25
Remunerações certas e permanentes	9 287 836,79	7 974 832,02
Abonos variáveis ou eventuais	161 489,48	164 217,78
Pensões	-	-
Indeminizações	738,26	405,30
Encargos sobre remunerações	2 164 225,85	1 892 013,64
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	138 404,30	120 557,94
Outros gastos com o pessoal	416 559,03	308 102,71
Outros encargos sociais	285 538,22	210 463,83
	12 847 895,46	11 062 210,23



NOTA 20- DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

A fim dos utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas poderem formar uma opinião acerca dos efeitos de relacionamentos entre partes relacionadas e o Município de Esposende, divulga-se de seguida, os nomes das entidades participadas e respetiva percentagem de controlo, independentemente de se terem verificado transações entre as partes relacionadas.

Designação	Sede	% de controlo		Controlo Final (%)
		Direto	%	
Comunidade Intermunicipal do Cávado	Rua do Carmo, 29, 4700-3 09 Braga	8,65%		8,65%
Agência de Energia do Cávado*	Rua do Carmo, 29, 4700-3 09 Braga	14,30%		14,30%
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa, 52, 3004 - 511 Coimbra	0,32%		0,32%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Praça do Comércio, Ala Oriental, 1149-015 Lisboa	0,15%		0,15%
Águas do Norte	Av. Osnabruck, 29, 5000-427 Vila Real	0,91%		0,91%
CELANUS - Empresa Turismo	Rua das Pedras, 307 - Francelos - 4405 685 Gulpilhares	1,00%		1,00%
Resulima - Valorização Tratamento Resíduos Sólidos	Aterro Sanitário do Vale do Lima e Baixo Cávado, 4936-908 Vila Nova de Anha	4,80%		4,80%
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo Santiago da Barra, 4900-360 Viana do Castelo			0,00%
Polis Litoral Norte*	Edifício de Apoio à Doca de Recreio, 4900-405 Viana do Castelo	15,00%		15,00%
CIAB	Rua D. Afonso Henriques, 1, 4700-030 Braga			0,00%

* Valores do Relatório de Liquidação

Divulgação de Transações entre Partes Relacionadas

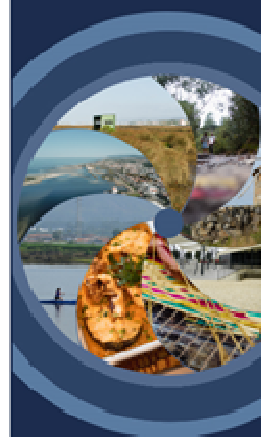
No que respeita a transações entre partes relacionadas, apresenta-se de seguida a tabela com evidência da natureza do relacionamento, os tipos de transações que ocorreram, a quantia monetária específica, assim como a proporção dessa classe de transações, os respetivos saldos, e termos e condições gerais de transações entre partes relacionadas.

Transações entre o Município de Esposende e as participadas

Entidade relacionada	Natureza do Relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Transação
		Tipo	Quantia	% no total das transações		
Esposende 2000 E.M	Entidade Controlada	Contratos Programa (Transferências)	358 000,00	5,75%	0,00	Pagamento trimestral
EAMB – Esposende Ambiente, E.M.	Entidade Controlada	FSE	132 377,58	1,40%	11 235,34	Pagamento a 30 dias
EAMB – Esposende Ambiente, E.M.	Entidade Controlada	Transferências obtidas (Pessoal)	20 242,38	0,21%	0,00	Recebimento a 30 dias
EAMB – Esposende Ambiente, E.M.	Entidade Controlada	Transferências concedidas (Contratos Programa)	1 164 300,36	18,69%	97 025,03	Pagamento mensal

Transações entre a participada EAMB e ESPOSENDE 2000

Entidade relacionada	Natureza do Relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Transação
		Tipo	Quantia	% no total das transações		
Esposende 2000 E.M	Partes relacionadas	FSE	24 927,70	0,26%	1 867,94	Pagamento a 30 dias



Quadro de Fluxos do Grupo Público Município de Esposende

Fluxos Grupo Público Município de Esposende										
Tipo de Fluxos	Município de Esposende/Esposende Ambiente, EM									
	Obrigações/Pagamentos Esposende Ambiente, EM					Direitos/Recebimentos Município de Esposende				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
RO - ADSE	0,00	20 242,38		20 242,38	0,00	0,00	20 242,38		20 242,38	0,00
Total	0,00	20 242,38	0,00	20 242,38	0,00	0,00	20 242,38	0,00	20 242,38	0,00

Tipo de Fluxos	Município de Esposende/Esposende Ambiente, EM									
	Obrigações/Pagamentos Município de Esposende					Direitos/Recebimentos E Amb - Esposende Ambiente, EM				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Facturação de Água	0,00	131 638,61		121 142,24	10 496,37	0,00	131 638,61	0,00	121 142,24	10 496,37
Contratos programa	0,00	1 164 300,36		1 067 275,33	97 025,03	0,00	1 164 300,36		1 067 275,33	97 025,03
Serviços Diversos	0,00	738,97			738,97	0,00	738,97		0,00	738,97
Total	0,00	1 296 677,94	0,00	1 188 417,57	108 260,37	0,00	1 296 677,94	0,00	1 188 417,57	108 260,37

Tipo de Fluxos	Esposende Ambiente, EM / Município de Esposende									
	Obrigações/Pagamentos Esposende Ambiente, EM					Direitos/Recebimentos Município de Esposende				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
TV e TF de Resíduos Sólidos Urbanos	1 092 346,46	1 481 015,24		1 938 142,22	635 219,48	1 092 346,46	1 481 015,24	0,00	1 802 795,00	770 566,70
Serviços Diversos	0,00	500,00		500,00	0,00		500,00		500,00	0,00
Total	1 092 346,46	1 481 515,24	0,00	1 938 642,22	635 219,48	1 092 346,46	1 481 515,24	0,00	1 803 295,00	770 566,70

Tipo de Fluxos	Município de Esposende/Esposende 2000, EM									
	Obrigações/Pagamentos Município de Esposende					Direitos/Recebimentos Esposende 2000, EM				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Contrato Programa		358 000,00		358 000,00	0,00	17 411,40	358 000,00		375 411,40	0,00
Total	0	358000	0	358000	0	17411,4	358000	0	375411,4	0

Tipo de Fluxos	Município de Esposende/Esposende 2000, EM									
	Obrigações/Pagamentos Esposende 2000, EM					Direitos/Recebimentos Município de Esposende				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Acerto Contrato Programa Ano 2022	0,00	206 141,39		206 141,39	0,00		206 141,39		206 141,39	0,00
Total	0,00	206 141,39	0,00	206 141,39	0,00	0,00	206 141,39	0,00	206 141,39	0,00

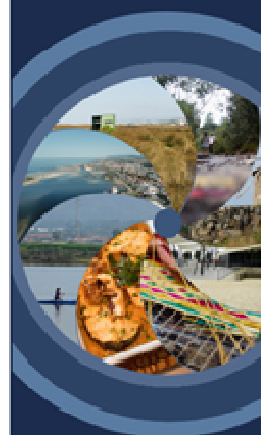
Tipo de Fluxos	Esposende Ambiente, EM/Esposende 2000, EM									
	Obrigações/Pagamentos Esposende 2000, EM					Direitos/Recebimentos E Amb - Esposende Ambiente, EM				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Facturação de Água	1 479,00	24 927,70		24 538,76	1 867,94	1 479,00	24 927,70		24 538,76	1 867,94
Total	1 479,00	24 927,70	0,00	24 538,76	1 867,94	1 479,00	24 927,70	0,00	24 538,76	1 867,94

NOTA 22. INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

22.1. Os julgamentos e pressupostos mais significativos

a) Os julgamentos e pressupostos mais significativos que se consideraram na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Público do Município de Esposende, foram os seguintes:

- Como entidades controladas, foram consideradas todas as entidades em que o Município de Esposende está exposto ou tem direitos a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento nessa entidade, tendo a capacidade de afetar a natureza e quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa entidade. Deste modo, considerou-se como entidades controladas todas aquelas, nas quais o Município de Esposende detém uma participação nos seus capitais superior a 50%, ou quando não detendo tal percentagem, detém direitos que lhe conferem a capacidade para orientar as atividades que afetam significativamente os benefícios do seu envolvimento nessas entidades. Ou seja, quando se possui o direito de orientar as políticas operacionais e financeiras de uma determinada entidade, sendo esta normalmente a forma como o poder é demonstrado no setor público.
- Estas entidades foram consolidadas no Grupo Público do Município de Esposende pela aplicação do método de consolidação integral, o qual consiste, sucintamente, na agregação de itens idênticos das demonstrações financeiras e na eliminação de operações intragrupo, com reconhecimento no património líquido consolidado dos respetivos interesses que não se controlam, o que tendo em conta a percentagem de participação destas entidades (100%) o mesmo não se aplica.
- Como entidades associadas, foram consideradas todas as entidades em que o Município de Esposende exerce influência significativa, ou seja, detém poder para participar nas decisões de políticas financeiras e operacionais de uma determinada entidade, sem, no entanto, exercer controlo ou controlo conjunto sobre essas políticas. Entende-se que existe influência significativa numa participada, quando o Município de Esposende detém uma participação no seu capital compreendida entre os 20% e 50%. Contudo, poderá existir influência significativa ainda que não se detenha pelo menos 20% dos direitos de voto noutra entidade, desde que tal seja comprovada através de pelo menos uma das seguintes formas (§7 da NCP 23):
 - Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada;
 - Participação em processos de decisão de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições similares;
 - Transações materiais entre o investidor e a participada;
 - Intercâmbio de pessoal de gestão; ou
 - Prestação de informação técnica essencial.
- Estas entidades foram incluídas na consolidação pela aplicação do **método de equivalência patrimonial**, o qual se consubstancia em refletir nas demonstrações financeiras da entidade-mãe a sua quota-parte nos resultados das suas participadas e as alterações nos ativos líquidos das mesmas, que não foram reconhecidos através dos resultados.



22.3 Fatores para determinação dos interesses ou acordos e outras entidades

O Grupo Público do Município de Esposende elaborou e apresentou as suas demonstrações financeiras consolidadas, tendo incluído no perímetro de consolidação as entidades identificadas na tabela infra:

DESIGNAÇÃO	SEDE	PARTICIPAÇÃO	CAPITAL PRÓPRIO / FUNDO PATRIMONIAL	RESULTADO LÍQUIDO	
		%		Valor	Ano
Esposende 2000 E.M	Av. Eng. Arantes e Oliveira, 4740-204 Esposende	100,00%	530 987,56	35 600,42	2023
EAMB – Esposende Ambiente, E.M.	Rua da Ribeira, 4740-245 Esposende	100,00%	22 509 645,79	156 182,46	2023
Zendensino, CIPRL	Rua Amorim Campos, 4740-335 Fão	49,90%	227 191,79	-302 717,59	2023

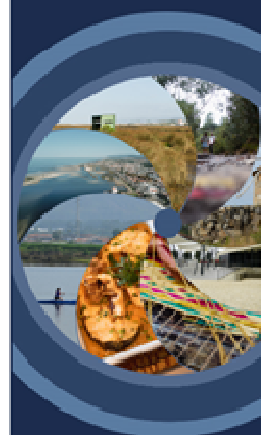
22.4 Qualificação como entidade de investimento

Nos termos do §9 da NCP 22, o Município de Esposende não é uma entidade de investimento, uma vez que não tem como objetivo:

- Obter fundos de um ou mais investidores com a finalidade de proporcionar a esses investidores serviços de gestão de investimentos;
- Assegurar aos seus investidores que o seu objeto social é investir fundos exclusivamente para obter mais-valias, rendimento do investimento, ou ambos; e
- Mensurar e avaliar o desempenho de praticamente todos os seus investimentos com base no justo valor.

22.7 Data de relato da entidade controlada diferente da data das demonstrações consolidadas

As demonstrações financeiras de todas as entidades controladas pertencentes ao Grupo Público do Município de Esposende têm o mesmo período de relato, ou seja, (de 01/01/2023 a 31/12/2023).

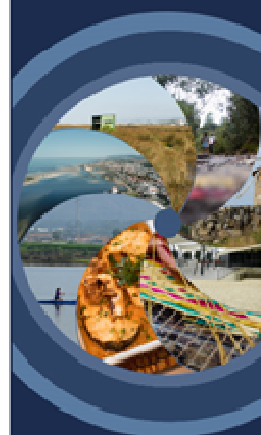


22.8 Interesse detido por entidades que controlam nas atividades e nos fluxos de caixa de um grupo

Nos termos do exigido na alínea g) da presente nota, divulga-se de seguida um resumo da informação financeira das entidades controladas do Grupo Público do Município de Esposende.

Resumo da posição financeira das entidades controladas

Balanco Consolidado		
	EAMB	Esposende 2000
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	23 722 242,72	538 786,04
Ativos intangíveis	39 780,45	10 459,12
Outros ativos financeiros		5 026,36
Subtotal	23 762 023,17	554 271,52
Ativo corrente		
Inventários	160 903,34	316,30
Clientes, contribuintes e utentes	1 004 743,96	36 653,16
Estado e outros entes públicos	38 972,02	1 144,39
Outras contas a receber	24 522,71	10 264,71
Diferimentos	53 710,49	4 282,33
Caixa e depósitos	396 988,09	372 642,23
Subtotal	1 679 840,61	425 303,12
Total do ativo	25 441 863,78	979 574,64
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		
Património Líquido		
Património	20 250 000,00	100 000,00
Reservas	118 216,36	225 238,67
Resultados Transitados	-149 076,54	-796,38
Outras variações no Património Líquido	2 134 323,51	170 944,85
Resultado líquido do período	156 182,46	35 600,42
Total do património líquido	22 509 645,79	530 987,56
Passivo		
Passivo não corrente		
Financiamentos obtidos	0,00	102 374,12
Passivos por impostos diferidos		31 109,17
Subtotal	0,00	133 483,29
Passivo corrente		
Fornecedores	102 993,24	25 516,59
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	41 574,62	183,56
Estado e outros entes públicos	78 582,68	25 580,87
Financiamentos obtidos	120 415,30	50 894,64
Outras contas a pagar	2 009 074,54	212 928,13
Diferimentos	579 577,61	0,00
Subtotal	2 932 217,99	315 103,79
Total do Passivo	2 932 217,99	448 587,08
Total do património líquido e do passivo	25 441 863,78	979 574,64



Resumo do desempenho financeiro das entidades controladas

Demonstração dos Resultados		EAMB	Esposende 2000
Código de Contas	RENDIMENTOS E GASTOS		
70	Impostos, contribuições e taxas		
71	Vendas	1 961 625,71	31 338,21
72	Prestações de serviços e concessões	4 008 085,50	994 432,69
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	1 169 469,77	358 000,00
74	Trabalhos para a própria entidade	317 698,72	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 1 643 383,35	- 22 767,19
62	Fornecimentos e serviços externos	- 1 838 833,26	- 631 821,25
63	Gastos com pessoal	- 2 605 561,64	- 674 308,97
651-7621	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 27 377,37	- 10 689,60
78	Outros rendimentos e ganhos	157 687,54	65 225,52
68	Outros gastos e perdas	- 44 262,91	- 4 366,96
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 455 148,71	105 042,45
64-761	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 1 242 537,62	- 61 384,91
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		212 611,09	43 657,54
79	Juros e rendimentos similares obtidos	5 185,28	6,54
69	Juros e gastos similares suportados	- 17 243,42	- 8 990,18
Resultado antes de impostos		200 552,95	34 673,90
812	Impostos sobre o rendimento do período	- 44 370,49	926,52
Resultado líquido do período		156 182,46	35 600,42

22.11. Perda de controlo sobre uma entidade controlada durante o período de relato

Durante o período de relato não existiu perda de controlo em nenhuma das entidades controladas do Grupo Público do Município de Esposende.

22.18. Natureza, extensão e efeitos financeiros dos interesses de uma entidade em acordos conjuntos e associadas

Em 31/12/2023, o Município de Esposende tinha interesse na associada identificada de seguida.

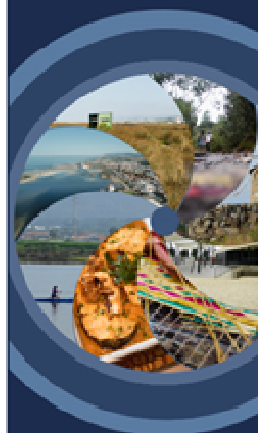
Designação	Sede	% de controlo		Controlo Final (%)
		Direto	%	
Zendensino, CIPRL	Rua Amorim Campos, 4740-335 Fão	49,90%		49,90%

A entidade associada foi incluída nas contas consolidadas do Grupo Público do Município de Esposende, através da aplicação do MEP, tendo em consideração a informação financeira apresentada na tabela seguinte:

Designação	% de Participação	Valor de aquisição	Património líquido (2023)	Resultado Líquido do Período (2023)	Valor da participação ao MEP (2023)
Zendensino, CIPRL	49,90%	2 550,00	455 294,16	-302 717,59	227 191,79

22.19. Outras divulgações relativas a associadas

As demonstrações financeiras de todas as entidades associadas pertencentes ao Grupo Público do Município de Esposende têm o mesmo período de relato (de 01/01/2023 a 31/12/2023).



22.21. Interesses de propriedade não-quantificáveis

A 31/12/2023 o Município de Esposende tinha interesses de propriedade não-quantificáveis em entidades nas quais não tem influência significativa, conforme se observa no quadro infra.

Designação	Sede	% de controlo		Controlo Final (%)
		Direto	%	
Comunidade Intermunicipal do Cávado	Rua do Carmo, 29, 4700 -3 09 Braga	8,65%		8,65%
Agência de Energia do Cávado*	Rua do Carmo, 29, 4700 -3 09 Braga	14,30%		14,30%
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa, 52, 3004 - 511 Coimbra	0,32%		0,32%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Praça do Comércio, Ala Oriental, 1149-015 Lisboa	0,15%		0,15%
Águas do Norte	Av. Osnabruck, 29, 5000-427 Vila Real	0,91%		0,91%
CELANUS - Empresa Turismo	Rua das Pedras, 307 - Francelos - 4405 685 Gulpilhares	1,00%		1,00%
Resulima - Valorização Tratamento Resíduos Sólidos	Aterro Sanitário do Vale do Lima e Baixo Cávado, 4936-908 Vila Nova de Anha	4,80%		4,80%
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo Santiago da Barra, 4900-360 Viana do Castelo			0,00%
Polis Litoral Norte*	Edifício de Apoio à Doca de Recreio, 4900-405 Viana do Castelo	15,00%		15,00%
CIAB	Rua D. Afonso Henriques, 1, 4700-030 Braga			0,00%

* Valores do Relatório de Liquidação

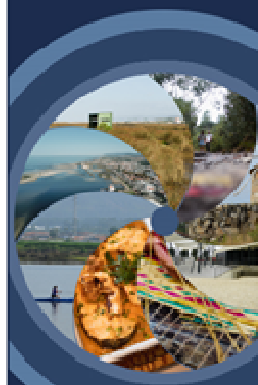
Designação	Sede	Participação		Capital próprio/Fundo	Resultado Líquido	
		Valor	%		Valor	Ano
Comunidade Intermunicipal do Cávado	Rua do Carmo, 29, 4700 -3 09 Braga		8,12%	3 750 709,83	303 493,11	2023
Agência de Energia do Cávado *	Rua do Carmo, 29, 4700 -3 09 Braga		14,30%	80 005,83	8 849,00	2023
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa, 52, 3004 - 511 Coimbra		0,32%	2 928 037,03	56 542,57	2022
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Praça do Comércio, Ala Oriental, 1149-015 Lisboa	633 096,00	0,15%	424 353 974,08	5 643 041,63	2022
Esposende 2000 E.M	Av. Eng. Arantes e Oliveira, 4740-204 Esposende	100 000,00	100,00%	530 987,56	35 600,42	2023
EAMB – Esposende Ambiente, E.M.	Rua da Ribeira, 4740-245 Esposende	20 250 000,00	100,00%	22 509 645,79	156 182,46	2023
Águas do Norte	Av. Osnabruck, 29, 5000-427 Vila Real	1 013 020,00	0,91%	291 261 507,00	12 491 131,59	2023
CELANUS - Empresa Turismo	Rua das Pedras, 307 - Francelos - 4405 685 Gulpilhares	2 500,00	1,00%	922 834,95	770,88	2022
Resulima - Valorização Tratamento Resíduos Sólidos	Aterro Sanitário do Vale do Lima e Baixo Cávado, 4936-908 Vila Nova de Anha	120 000,00	4,80%	20 905 956,00	1 649,00	2023
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo Santiago da Barra, 4900-360 Viana do Castelo			14 289 132,88	1 382 129,35	2022
Polis Litoral Norte*	Edifício de Apoio à Doca de Recreio, 4900-405 Viana do Castelo	3 110 000,00	15,00%	64 505 248,60	0,00	2021
CIAB	Rua D. Afonso Henriques, 1, 4700-030 Braga			218 954,02	-1 590,61	2022

* Valores do Relatório de Liquidação

Outras Divulgações

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público do Município de Esposende foram preparadas com base nas características qualitativas, postuladas no ponto 5 da Estrutura Concetual presente no Anexo I do DL nº 192/2015, de 11 de setembro, em consonância com as contas separadas do Município de Esposende, assim como das suas entidades controladas, devido à semelhança entre a estrutura conceptual do SNC-AP e do SNC.

As depreciações e as amortizações do Grupo Público do Município de Esposende foram calculadas segundo o método das quotas constantes, sendo respeitadas as taxas previstas no CC2 para o caso do Município de Esposende. Para as restantes entidades incluídas na consolidação, através do método integral, os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis estão mensurados no balanço ao custo de aquisição, sendo as respetivas depreciações e amortizações calculadas, de acordo com o período de vida útil estimado pelo Órgão de Gestão de cada entidade, os quais não diferem significativamente dos períodos utilizados pelo Grupo Público do Município de Esposende, para as mesmas classes de bens, pelo que não foi necessário efetuar qualquer ajustamento de harmonização prévio à consolidação relativamente a este ponto.



Decorrente do facto de no período de relato o Município de Esposende adotar o SNC-AP, e as entidades incluídas no perímetro de consolidação adotarem os normativos do SNC, procedeu-se à reclassificação pontual de contas de SNC para o SNCAP.

De referir que, quando existem indícios de que os investimentos financeiros não são recuperáveis, o Município de Esposende procede ao reconhecimento da respetiva perda por imparidade, ficando estas entidades excluídas da consolidação.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras consolidadas, não foi derogada qualquer norma de consolidação, constante do SNC-AP.

Rendimentos/Gastos imputados de entidades associadas

Esta rubrica evidenciada na demonstração dos resultados consolidados refere-se às variações no capital próprio verificado na entidade associada, pela aplicação do MEP, sendo a sua desagregação a seguinte:

- Gasto: € 151 056,08 (Zendensino, CIPRL).

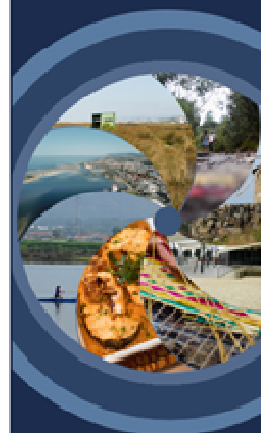
NOTA 23 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

Nota 23.1 – Contas a receber e a pagar

As dívidas de clientes, contribuintes e utentes e outros terceiros e as dívidas a fornecedores e a outros terceiros que não vencem juros são registados pelo seu valor nominal, o que é substancialmente equivalente ao seu justo valor. De seguida apresenta-se o detalhe das contas e receber e a pagar:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Outras contas a receber CORRENTE	1 544 225,96	1 684 845,38
Juros a receber e outros rendimentos	2 775,00	1 391,66
Outros acréscimos de rendimentos	1 273 082,53	991 504,75
Outros devedores	14 577,95	6 099,75
Devedores por alienação de ativos fixos	17 186,89	447 727,55
Outros	223 603,59	225 121,67
Cauções - Entregues a terceiros	13 000,00	13 000,00
Outras contas a receber NÃO CORRENTE	331 916,84	5 046,25
Devedores por alienação de ativos fixos	331 916,84	5 046,25
Outras contas a receber	1 876 142,80	1 689 891,63

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Outras contas a pagar CORRENTE	3 226 323,07	2 994 706,02
Fornecedores de investimentos	2 538,22	
Credores por acréscimos de gastos	283 105,66	244 190,16
Remunerações a liquidar	1 659 000,82	1 512 460,61
Juros a liquidar e outros gastos financeiros	129,07	218,10
Outros acréscimos de gastos	94 465,10	40 894,82
Credores por subscrições não liberadas	313 020,00	313 020,00
Contratos de execução	0,00	0,00
Ajustamentos de Subsídios ao Investimento	672 235,52	706 497,72
Outros Credores	201 828,68	177 424,61
Outras contas a pagar NÃO CORRENTE	3 031 272,60	2 912 485,09
Cauções	3 031 272,60	2 912 485,09
Outras contas a pagar	6 257 595,67	5 907 191,11



Nota 23.2 – Informações relativas ao Endividamento

Descrição do endividamento consolidado não corrente, desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:

Código/ designação das contas	Dívidas a terceiros Não Corrente				Eliminação de créditos/dívidas recíprocas	Grupo Público consolidado
	Município de Esposende	Esposende 2000 EM	Esposende Ambiente EM	Total		
1	2	3	4	5=2+3+4	6	7=5+6
25 - Empréstimos Não Corrente	5 589 556,19 €	102 374,12 €	- €	5 691 930,31 €		5 691 930,31 €
Total	5 589 556,19 €	102 374,12 €	- €	5 691 930,31 €		5 691 930,31 €

Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no Balanço Consolidado (corrente e não corrente) e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do Balanço, desagregado por entidade e por rubrica do balanço consolidado.

Entidade do Perímetro da Consolidação	Entidade Credora	Descrição	Valor Contratado	Capital em dívida em 31-12-2023	Capital em dívida em 31-12-2022	Data de vencimento
Município de Esposende	Caixa Geral de Depósitos	CGD - Emp. n. 0288.001207.9.91	181 758,92 €	- €	4 098,56 €	16/03/2023
		CGD - Emp. n. 0288.001279.7.91	56 445,97 €	- €	2 471,40 €	10/12/2023
		CGD - Emp. n. 9015.002735.3.91	241 243,60 €	43 326,65 €	53 996,76 €	17/05/2027
	Santander Totta	TOTTA - Emp. n. 003.00781376096	656 448,00 €	51 824,75 €	86 374,65 €	15/12/2024
		TOTTA - Emp. n. 003.04183975096	934 000,00 €	183 999,94 €	267 333,28 €	29/02/2028
		CA - POLIS LITORAL NORTE	2 610 000,00 €	740 554,06 €	839 884,66 €	19/03/2030
	Crédito Agrícola	Plano de Investimentos nas Freguesias	3 500 000,00 €	2 527 777,80 €	2 722 222,24 €	03/08/2036
		Plano de Investimentos nas Freguesias - 2ª fase	2 095 000,00 €	1 931 007,56 €	1 986 179,20 €	09/03/2042
		BEI - Mercado Municipal	204 400,00 €	204 400,00 €	- €	18/10/2038
	Banco Europeu de Investimento	BEI - Largo Rodrigues Sampaio	182 850,00 €	182 850,00 €	- €	09/02/2038
		BEI - Facho	51 900,50 €	51 900,50 €	- €	18/08/2038
		BEI - Alameda	75 530,59 €	25 176,86 €	- €	18/08/2038
		BEI - S. Miguel	79 741,74 €	79 741,74 €	- €	18/08/2038
		BEI - Canal	213 752,28 €	71 250,76 €	- €	08/09/2038
		MLP	250 000,00 €	153 268,76 €	200 697,38 €	19/05/2021
Esposende 2000, EM	Crédito Agrícola	MLP	250 000,00 €	153 268,76 €	200 697,38 €	19/05/2021
Esposende Ambiente, EM	Caixa Geral de Depósitos	9015006156991	5 000 000,00 €	105 859,92 €	518 928,70 €	09/03/2024
	Millennium BCP	Millennium BCP - Locação		14 555,38 €	19 075,22 €	07/12/2026
Total			22 370 272,21 €	6 367 494,68 €	6 701 262,05 €	

Nota 23.2 – Honorários Fiscal Único/ Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas do Município de Esposende é a entidade Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC para o triénio 2023-2026, contrato é datado de 6 de setembro de 2023

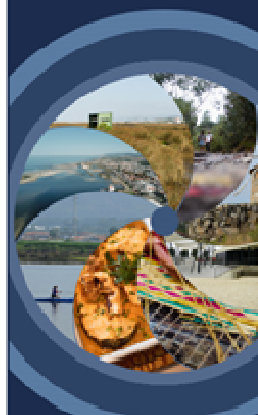
Os honorários contratualizados para o período de 2023, referem-se exclusivamente a serviços de Revisão Legal de Contas com vista à emissão da Certificação legal das Contas, acenderam a 12 240,00€ (s/IVA).

O Revisor Oficial de Contas da EAmb – Esposende Ambiente, EM – Sociedade Unipessoal, Lda é a entidade Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC.

Os honorários contratualizados para o período de 2023, referem-se exclusivamente a serviços de Revisão Legal de Contas com vista à emissão da Certificação legal das Contas, acenderam a 9 840,00€ (s/IVA).

O Revisor Oficial de Contas da Esposende 2000, EM – Sociedade Unipessoal, Lda, é RSM & Associados – SROC, Lda representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho.

Os honorários contratualizados para o período de 2023, referem-se exclusivamente a serviços de Revisão Legal de Contas com vista à emissão da Certificação legal das Contas, acenderam a 3.000,00€ (s/IVA).



VIII – Nota Final

A análise às contas do Grupo Público do Município de Esposende, referentes ao ano de 2023, deve atender ao cenário macroeconómico que condicionou a estratégia mundial: saídos da pandemia, vimos a incerteza instalar-se devido à guerra na Ucrânia e em Israel, com reflexos económicos devastadores.

Apesar de tudo, o Município de Esposende e o seu grupo público manteve o investimento e a rigorosa gestão financeira, pese o quadro económico ter sido de grande instabilidade, condicionado pelo aumento significativo nos preços de serviços e bens, devido ao atual contexto geopolítico, adensado pela redução das transferências do Orçamento de Estado e pela quebra acentuada das receitas municipais, do aumento das despesas decorrentes da descentralização de serviços encetada pelo Estado.

O valor líquido das adições em bens de investimento do Grupo Público do Município de Esposende fixou-se, no final de 2023, em cerca de 10,4M€ (6,9M€ em 2022), mantendo a tendência implementada nos últimos anos, de forte investimento do município.

Acresce o atraso na aplicação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) ou no arranque do Portugal 2030, programa de ação governativa que inclui os planos de recuperação e desenvolvimento da economia, da sociedade e do território e que atrasam e prejudicam a execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

O resultado líquido do exercício de 2023 fixou-se em 162.778,46€, justificado com a inflação, acréscimos de gastos relacionados com a assunção de novas competências, aumento de custos com pessoal, manifestação do princípio da prudência que vigora na Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilístico.

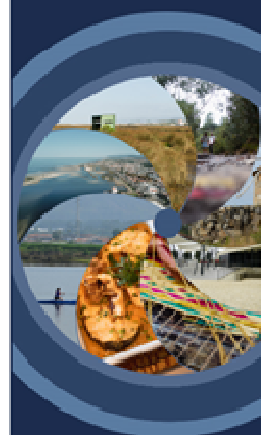
Constatamos a partir deste documento o rumo correto seguido pelo Grupo Público Municipal do Município de Esposende que reflete a ação municipal suporta o trabalho iniciado neste mandato autárquico, tendo sempre como garantia a sustentabilidade financeira do Município de Esposende, assegurando o aumento do volume de obras em curso no concelho e dando atenção àqueles que são pilares fundamentais: a Educação e a Cultura.

Perante os sinais de enfraquecimento do poder de compra dos agregados familiares, o Município de Esposende tem dedicado atenção suplementar à intervenção social, protegendo e apoiando as famílias.

Com uma visão global, foram adotadas políticas facilitadoras de condições para fixar pessoas e negócios no nosso concelho, promovendo dinâmicas internas e desenvolvendo a identidade territorial, atuando na sustentabilidade e no fortalecimento da competitividade. Para tal, foram adotadas taxas mínimas legais e reduções ou mesmo isenções sobre impostos municipais.

Apesar de todos os constrangimentos, alguns dos quais assumiram proporções desmedidas, conseguimos materializar um relevante conjunto de intervenções, projetos e ações que muito nos orgulham e encontrar acolhimento na comunidade.

Obras significativas foram concretizadas ou lançadas em todo o concelho. Como a requalificação do Portinho de Apúlia e do Porto de Pesca de Esposende e da Escola Básica do Facho, a remoção do amianto das escolas básicas, as obras na Escola Secundária Henrique Medina, os Museus do Junco e do Sargaço, o Estádio dos Sargaceiros de Apúlia, a reabilitação urbana que não encontra precedentes, com o melhoramento do espaço público e o forte incentivo à recuperação do edificado privado, o Canal Intercetor de Esposende, o melhoramento do parque escolar, a implantação da nova rede de transportes públicos, a



requalificação do pavilhão ginnodesportivo de Mar, a aquisição dos terrenos para a construção do Parque da Cidade e o arranque definitivo do projeto, a disseminação da arte urbana por todo o concelho, ou a abertura do Museu Municipal.

O Município de Esposende prosseguiu com a atribuição de apoios, isenções e benefícios fiscais, manutenção dos impostos municipais no mais baixo patamar, distribuição de equipamentos e meios, proporcionando ajuda aos setores empresarial, social e familiar.

Todo este investimento só é exequível devido a uma gestão rigorosa, tendo o Município como parceiros neste compromisso as empresas do universo municipal e as Juntas de Freguesia.

A gestão rigorosa e responsável faz com que o Município de Esposende seja detentor dos meios financeiros exigíveis para cumprir com os encargos assumidos. Essa “almofada” garante o cumprimento dos compromissos assumidos com a população e com fornecedores, ou seja, o investimento direto do grupo no território, sendo de monta e sem paralelo, com uma dinâmica reconhecida a nível regional e nacional, não hipoteca a sustentabilidade financeira do Grupo Público Municipal.

Este Executivo honra o rigoroso cumprimento dos compromissos assumidos com a população, por via de Plano de Investimento nas Freguesias que visa melhorar as condições de vida dos munícipes, seja em áreas diretamente geridas pela Câmara Municipal – com programas estruturantes na área social, na educação, na cultura, no desporto, no desenvolvimento económico -, seja nas áreas em que as empresas municipais garantem a qualidade do território, ao nível ambiental ou da prática desportiva.

Fruto deste programa político adotado, o concelho de Esposende é, cada vez mais, um concelho homogéneo, sem clivagens entre as freguesias e onde se evidencia uma crescente unicidade do território.

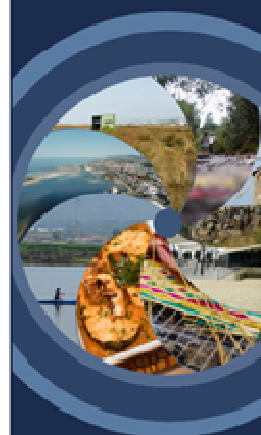
Estamos orgulhosos dos resultados económicos do Grupo Público Municipal, mas estamos empenhados em responder aos anseios da população, tomando decisões assertivas, denotando resiliência ante as adversidades, sempre com um traço de serenidade na gestão e estabilidade política.

Os nossos munícipes, razão primeira da nossa ação, têm, reiteradamente, retribuído a confiança depositada no nosso projeto, proporcionando um clima de paz institucional que muito contribui para que resultados positivos sejam alcançados.

Obrigado.

O Presidente da Câmara Municipal de Esposende


(Benjamim Pereira, Arq.to)



IX – Certificação Legal das Contas



44

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE** (o Grupo Público), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 130.608.358 euros e um total de património líquido de 114.803.879 euros, incluindo um resultado líquido de 162.778 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos 1 e 2 e dos efeitos das matérias referidas no parágrafo 3 na secção “Bases para a Opinião com Reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE** em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

1.O Ativo do Município de Esposende não releva a integralidade dos bens, não sendo possível até à presente data concluir a inventariação e a avaliação do respetivo património. Neste contexto, não estamos em condições de emitir uma opinião sobre a existência, plenitude, valorização e mensuração dos bens nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento, com referência a 31 de dezembro de 2023, bem como quantificar o respetivo impacto no Património Líquido.

2. O Ativo do Grupo Público do Município de Esposende inclui o montante de 3.110.000 de euros na participada Polis Litoral Norte – Sociedade para a requalificação e Valorização do Litoral Norte, S.A., não contemplando os efeitos do Projeto de Partilha resultante da liquidação desta, não sendo possível quantificar o impacto no Património Líquido do Município de Esposende.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo Público nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MARIO GUIMARÃES, SROC

Registo na CRC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
NIPC 503 951 943 | Capital Social 5.000 euros
Membro da ABC & Associados - SROC, ACE
geral@jmm.sroc.pt

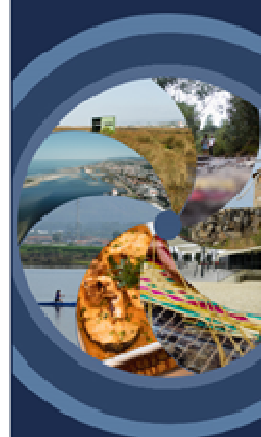
Escritório

Pólo de Negócios de Braga, Edifício A
Av. D. João I, n.º 404, 4.º Piso, Escalão 47
4715-275 Braga - Portugal
T(+351) 253 203 529 F(+351) 253 203 521

1/4

Jmm.sroc.pt

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4715-052 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 709



Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO EXECUTIVO DO MUNICÍPIO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O Órgão Executivo do Município é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo Público de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo Público de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 2010/4559
NIPC 500 951 943 | Capital Social 5.000 euros
Membro da ABC & Associados - SROC, ACE
geral@jmm.sroc.pt

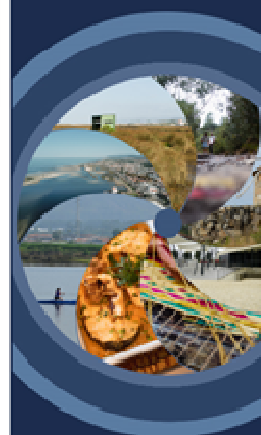
Escritórios

Pólo de Nespícios de Braga, Edifício A
Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
4715-275 Braga - Portugal
T(+351) 253 203 529 F(+351) 253 203 521

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4715-052 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 789

2/4

jmm





- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão Executivo do Município;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão Executivo do Município, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo Público para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo Público descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo Público para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo Público e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas da entidade que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Órgão Executivo do Município é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo Público. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA VALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC

Registo no CRDC n.º 148 | Registo na Cofide n.º 20161459

NIPC 503 961 943 | Capital Social 5 000 euros

Membro do AQC & Associados - SROC, AIC

geral@jmm.sroc.pt

Escritórios

Pólo de Negócios do Braga, Edifício A

Av. Dr. João R., n.º 404, 4.º Piso, Escritório 407

4715-275 Braga - Portugal

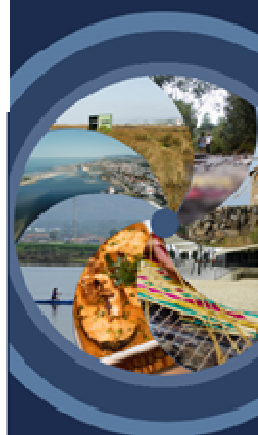
T(+351) 253 260 580 F(+351) 253 260 521

3/4

Av. 31 de Janeiro, n.º 21, P/C

4715-062 Braga - Portugal

T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 759



Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

SOBRE O RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos e possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a Opinião com Reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, e exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

O Relatório consolidado de Gestão não inclui as divulgações previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão e as razões para esta insuficiência estejam divulgadas na introdução do Relatório de Gestão.

Braga, 18 de junho de 2024

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459

Representada por:



Maria Manuela Alves Malheiro, Revisora Oficial de Contas

Registo na OROC n.º 916 | Registo na CMVM n.º 20160535

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC

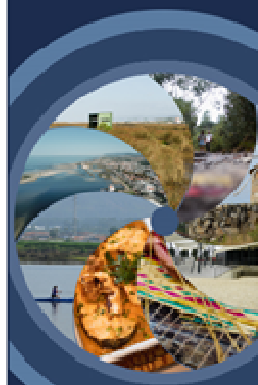
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
NIPC 955 951 043 | Capital Social 5.000 euros
Membro de ABC & Associados - SROC, ACE
geral@jmm^{sroc.pt}

Escritório

Pólo de Negócios de Braga, Edifício A
Av. D. João V, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
4715-275 Braga - Portugal
T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

4/4 

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4715-052 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 961 F(+351) 253 213 759



Declaração de responsabilidade - Grupo Público do Município de Esposende

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de **2023 do Município de Esposende**, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas consolidadas ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;

b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;

c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;

d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;

e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;

f) evidenciam que foram respeitadas as normas da contratação pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;

g) evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;

h) foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Câmara Municipal de Esposende, 14 de junho de 2024

Os responsáveis subscritores:

Os responsáveis subscritores:

O Presidente da Câmara Municipal

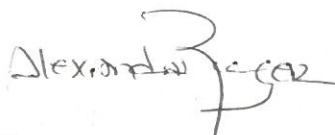


(Arq. Benjamim Pereira)

Os Vereadores com competências delegadas:



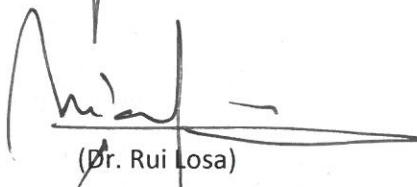
(Eng.º Guilherme Emílio)



(Eng.ª Alexandra Roeger)



(Dr. Sérgio Mano)



(Dr. Rui Losa)

Os responsáveis que condicionam a subscrição, total ou parcialmente, nos termos e pelas razões constantes das declarações juntas:

N/A

Subscreve enquanto responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais ao membro do executivo competente pelo pelouro financeiro para apreciação pelo executivo municipal, excetuando as alíneas g) e f).

A Chefe da Divisão de Gestão Financeira



(Paula Lima)